

MARIA ISABEL SIMÕES PATRÍCIO

Coordenação

MARIA JOSÉ ALVES CORREIA

PATRÍCIA PEREIRA ARAÚJO

MÁRCIA ANDREIA CANAS RODRIGUES

# Percursos Académico e Profissional

*do estudante com deficiência*

*na Universidade de Coimbra*

*(1989 - 2003)*



Coimbra • Imprensa da Universidade • 2004

(Página deixada propositadamente em branco)

MARIA ISABEL SIMÕES PATRÍCIO

Coordenação

PERCURSOS ACADÉMICO E PROFISSIONAL  
DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA  
NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
(de 1989-90 a 2002-03)

AUTORAS

Maria Isabel Simões Patrício

Maria José Alves Correia

Patrícia Pereira Araújo

Márcia Andreia Canas Rodrigues



Coimbra • Imprensa da Universidade

**Coordenação Editorial**  
Imprensa da Universidade de Coimbra

**Concepção Gráfica**  
António Barros

**Paginação**  
António Resende  
[Universidade de Coimbra]

**Execução Gráfica**  
Imprensa de Coimbra, Lda.  
Largo de S. Salvador, 1 a 3  
3000-372 Coimbra

**ISBN**  
972-8704-27-5

**ISBN Digital**  
978-989-26-0460-2

**DOI**  
<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0460-2>

**Depósito Legal**  
216447/04

© Setembro 2004, Imprensa da Universidade de Coimbra



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL



SEGURANÇA SOCIAL  
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.  
CENTRO DISTRITAL DE SEGURANÇA SOCIAL DE COIMBRA

Obra publicada com os patrocínios do Instituto do Emprego e Formação Profissional  
e ISSS – Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra.

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	7
PREFÁCIO .....	9
APRESENTAÇÃO .....	11
METODOLOGIA UTILIZADA.....	14
I PARTE - RESULTADOS GLOBAIS E ANÁLISE .....	19
1. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR CATEGORIAS DE DEFICIÊNCIA E POR FACULDADE .....	21
2. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTUDANTES .....	21
2.1 Tendência geral .....	21
2.2 Evolução da população por faculdade .....	23
2.3 Evolução por categorias de deficiência .....	23
3. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO .....	25
3.1 Distribuição da população por faculdade e por sexo .....	25
3.2 Distribuição da população por faixas etárias .....	25
3.3 Distribuição da população pelo estado civil .....	27
3.4 Distribuição da população pela área geográfica de origem.....	27
3.5 Capital habilitacional dos pais.....	27
3.6 Actividade profissional dos pais .....	27
3.7 Trabalhadores-estudantes.....	28
3.8 Grau de autonomia pessoal dos estudantes.....	29
4. PERCURSO ACADÉMICO .....	31
4.1 Estudantes em cursos de licenciatura.....	33
4.2 Conclusão de licenciatura .....	35
4.3 Frequência de cursos de pós-graduação/mestrado .....	38
4.4 Desistências do curso .....	38
4.5 Transferências de instituição .....	42
5. PERCURSO PROFISSIONAL .....	42
5.1 População inserida na vida activa e população desempregada .....	43

5.2	Tipologia das actividades profissionais .....	45
5.3	Tipologia de dificuldades de enquadramento profissional .....	47
5.4	Tipologia das adaptações no posto de trabalho .....	48
	GRÁFICOS .....	49
	II Parte - Discussão dos Resultados e Conclusões .....	73
1.	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE .....	75
1.1	Categorias de deficiência .....	75
1.2	Evolução do número de estudantes .....	77
1.3	Características da população .....	79
1.4	Percurso Académico .....	81
1.5	Percurso Profissional .....	83
2.	CONCLUSÕES .....	86
	SIGLAS/ABREVIATURAS .....	91
	ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	92
	ÍNDICE DE QUADROS .....	93
	BIBLIOGRAFIA .....	95

*a todos os estudantes  
da universidade de coimbra*

*injustiça é a exclusão,  
não a desigualdade*

(Página deixada propositadamente em branco)



## AGRADECIMENTOS

Aos funcionários do Gabinete de Apoio Técnico-Pedagógico a Estudantes com Deficiência (GATPED) que não integraram a equipa de trabalho deste estudo – Dr. Luís Barata, Sr. Rogério Costa Gomes, D.<sup>a</sup> Isabel Reis, D.<sup>a</sup> Elsa Figo, D.<sup>a</sup> Ana Margarida Almeida e Sr. Miguel Barbosa – queremos expressar os nossos agradecimentos pela colaboração prestada, assegurando, com muito entusiasmo, o trabalho acrescido, tarefas de uma equipa mais alargada, proporcionando-nos as melhores condições para desenvolver este estudo.

Aos Serviços Académicos da Universidade de Coimbra – Gabinete de Estudos e Estatística, Gabinete de Informática e Serviços de Matrícula/Inscrição de Estudantes – e aos Serviços Académicos da FCTUC que nos disponibilizaram informação relativa ao percurso académico dos estudantes, e à Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Assunção Campos – da Assessoria do Planeamento – que dum forma tão disponível e amiga realizou alguns dos cálculos matemáticos, permitindo uma leitura mais inteligível de algumas tabelas e quadros, aqui lhes expressamos o nosso apreço e reconhecimento pela colaboração tão pronta.

Uma palavra de muita gratidão (*e de saudade*) aos ex-estudantes da Universidade de Coimbra que se disponibilizaram a colaborar com o GATPED, respondendo à interpelação que lhes foi dirigida, muitos dos quais excederam as nossas próprias expectativas, formulando comentários e opiniões muito pertinentes.

À nossa muito prezada colega e amiga, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Morais Pereira, o nosso muito obrigada pelo seu estímulo para prosseguirmos esta tarefa, e pela disponibilidade para reflectir, connosco, algumas questões que, neste trabalho, deixamos expressas.

Ao Senhor Dr. Carlos José Luzio Vaz – secretário-geral da Universidade de Coimbra – que acreditou na mais valia deste projecto e nos facultou todas as condições (humanas e técnicas) para o concretizar, o nosso bem-haja pela confiança e pelo estímulo que nos incutiu.

As Autoras

(Página deixada propositadamente em branco)

## PREFÁCIO

Se a Universidade de Coimbra tem razão em se orgulhar da acção desenvolvida, desde 1985, em prol dos seus estudantes com deficiência, não é menos legítima a sua satisfação perante o presente trabalho, também ele precursor, nascido do esforço de toda a equipa do Gabinete de Apoio Técnico-Pedagógico a Estudantes com Deficiência, conduzida com coragem e inteligência por Maria Isabel Simões Patrício. Este estudo apresenta um triplo interesse que importa, antes de mais, realçar.

O interesse sociológico surge de imediato: se a Universidade é uma sociedade dentro da sociedade, ela constitui um objecto de análise que releva de uma metodologia idêntica. Os cidadãos portadores de deficiência representam uma categoria própria entre todas as que compõem a população da nossa instituição: se quisermos conhecer a Universidade e se a Universidade quiser conhecer-se, na totalidade dos seus membros, os quadros, as curvas estatísticas e as análises aqui fornecidas dão uma imagem objectiva da importância da frequência das diversas faculdades por aqueles que, pelas suas dificuldades físicas, parecem afastados das vias normais de acesso ao saber e à formação.

O interesse psicopedagógico é também evidente. Os estudantes com deficiência podem ser considerados como a pedra de toque do nosso sistema. Se são, ao mesmo nível que os colegas, avaliados no seu desempenho escolar, também eles avaliam e permitem avaliar, com particular pertinência, o sistema em que se inserem: pondo à prova a sua capacidade de acolhimento e de adaptação, obrigam-no a evoluir, a aperfeiçoar-se e, por assim dizer, a humanizar-se cada vez mais. Todo o professor sabe, por experiência, que a presença na sua aula de um aluno com deficiência o levará a ser melhor professor. Talvez seja também por isso que verificamos, sem surpresa, que a taxa de insucesso destes estudantes não é mais elevada do que a dos seus colegas.

O terceiro interesse é de ordem ética. Os autores deste estudo dedicam-lhe os últimos pontos das suas judiciosas «conclusões». Conhecemos tudo o que os deficientes, os doentes, os enfermos trouxeram, na história da cultura, à arte e à ciência: os nomes de Milton, de Beethoven e hoje de Stephen Hawking são paradigmáticos. Mas avaliaremos na sua justa medida tudo o que podem comunicar ao corpo vivo – vivo porque feito de pessoas – que é uma Universidade? Aos estudantes desencorajados ou desmotivados, aos docentes fatigados e deprimidos, a todos e a cada um transmitem, com o seu exemplo, o que Bergson, também ele paralisado, designava «o apelo do herói», essa energia moral, essa vontade de ir além que nos faz triunfar dos obstáculos e do desespero.

Mais do que um inquérito, mais do que um relatório, este livro sobre os «percursos académico e profissional dos estudantes com deficiência na Universidade de Coimbra», na clareza dos dados, na sobriedade dos comentários, é um guia para a vida.

Cristina Robalo Cordeiro

*Vice-Reitora da Universidade de Coimbra*

## APRESENTAÇÃO

A presença casuística de estudantes com deficiência na Universidade de Coimbra perde-se no tempo... refira-se o nome do nosso grande poeta *António Feliciano de Castilho*, cego desde os seis anos de idade, que se licenciou em Cânones nesta universidade, no primeiro quartel do séc. XIX, graças ao empenho de seu irmão que, diariamente, lhe lia as lições.

A socialização da deficiência dos tempos actuais, permite que se fale, não de presenças casuísticas, mas da participação de estudantes com deficiência que têm exercido impacte ao nível organizacional da instituição.

De facto, em 1985, a Universidade de Coimbra, de uma forma pioneira no país, projectava as suas preocupações no domínio do atendimento e acompanhamento aos seus estudantes com deficiência visual. Quando em 1989, tivemos o privilégio de nos ser confiada a criação e organização do GATPED, e sua coordenação, desde logo a perspectiva não poderia deixar de ser estruturá-lo e dirigi-lo a todos os estudantes com deficiência qualquer que ela fosse.

*E, o caminho fez-se andando...* acolhendo e conhecendo as problemáticas dos estudantes, implementando estratégias especiais, envolvendo os conselhos das faculdades e docentes, incentivando a intervenção dos próprios estudantes com deficiência, dialogando com docentes do Ensino Secundário de escolas de Coimbra (com uma importante experiência neste domínio) participando em redes nacionais e europeias de discussão de temáticas nestas áreas, apelando à colaboração de diversos organismos e estruturas: Serviços de Acção Social da Universidade, Gabinete Técnico da Reitoria, Serviços de Transportes Adaptados da Câmara Municipal, Centro de Recursos do Ministério da Educação, Associação Académica de Coimbra, associações de e para deficientes, e quantos outros caminhos... feitos por amigos, com as suas intervenções oportunas, ponderadas e esclarecidas.

Revisitar estes caminhos é OLHAR para os seus destinatários (num jeito de olhar retrospectivo) e querer VER os seus próprios percursos na senda da concretização dos seus projectos de formação académica e de realização profissional.

Estes percursos, ao espelharem os caminhos feitos, andando, não deixam de projectar, igualmente, os caminhos que ainda estão por fazer... de um modo especial porque, a nível nacional e para o ensino superior, não estão institucionalizados recursos e meios que contribuam para a criação de um ambiente propício à igualdade de oportunidades no acesso e sucesso na formação de nível superior.

Poderão as reflexões que se seguem ser um contributo (modesto, com certeza) para que seja assumida a necessidade de se conceber um plano estratégico nacional, relativo à inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior?

*O caminho faz-se andando... e construindo novos caminhos...*

\*

O ano de 2003 significa para o Gabinete de Apoio Técnico-Pedagógico a Estudantes com Deficiência da Universidade de Coimbra o ano do terceiro lustro do início das suas actividades: um tempo considerado suficiente para poder elaborar uma reflexão sobre os percursos académico e profissional dos estudantes com deficiência, inscritos na Universidade de Coimbra, ao longo destes 15 anos. Com este exercício de reflexão, visa-se aquilatar dos seus desempenhos escolares assim como da respectiva inserção no mercado de trabalho, aos quais subjazem competências sociais e de autonomia pessoal que não poderão ser olvidadas.

O ano de 2003 é, por decisão do Conselho da União Europeia, o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência (AEPD). No âmbito dos objectivos definidos pela Comissão Europeia, para este Ano Europeu, visa-se «promover a aplicação dos princípios da não-discriminação e da integração

das pessoas com deficiência, através do desenvolvimento de iniciativas que procurem contribuir eficazmente para uma mudança de atitudes da sociedade em geral, face às reais potencialidades das pessoas com deficiência de participar na actividade económica e social». Assim, o AEPD é um ano especialmente propiciador para reflectir, divulgar e assumir definitivamente o direito de cidadania de todas as pessoas com deficiência.

A Universidade de Coimbra, identificada com este propósito, torna público uma gama de informações susceptíveis de contribuir para uma mudança de atitude e atitudes de mudança na sociedade em geral, ao procurar dar visibilidade às potencialidades e capacidades destes cidadãos, quer enquanto estudantes universitários quer como agentes qualificados intervenientes no tecido produtivo.

O ano de 2003 marca, também, a aproximação da fase final do «ciclo» de aplicação da Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID) adoptada pela OMS, em 1980; em sua substituição, esta mesma entidade propõe a adopção de uma nova classificação — a Classificação Internacional de Funcionalidades (CIF). Esta classificação, relativamente à anterior, apresenta-se como um instrumento que «revolucionará» o entendimento hodierno de pessoa com deficiência — ao primado das incapacidades e desvantagens, tão valorizadas, contrapõe-se agora a medida da qualidade de vida pela funcionalidade e pela condição bio-psico-sócio-cultural em que o indivíduo está inserido; de acordo com Battistella *et al.* (2002) a CIF permitirá organizar e padronizar as informações sobre a funcionalidade — e não sobre as incapacidades — das pessoas com deficiência, segundo uma nova abordagem: a da capacidade efectiva.

As efemérides supra referidas concorreram para a criação de um ambiente especialmente motivador à elaboração deste trabalho, o qual constitui o primeiro ensaio do género ao nível do Ensino Superior (ES).

Nele privilegia-se, de modo especial, a divulgação de dados quantitativos e qualitativos em detrimento de uma contextualização de carácter teórico-doutrinal ou de enquadramento histórico-legislativo relativamente à inclusão de estudantes com deficiência no sistema de ensino.

Este estudo é composto por duas partes distintas:

Na 1.<sup>a</sup> parte, subdividida em cinco áreas, procura-se identificar as diversas categorias de deficiência da população-alvo, bem como a sua evolução quantitativa ao longo do tempo em apreço. Depois de se apresentarem alguns dos seus traços caracterizadores, especificam-se elementos relativos ao percurso académico e ao percurso profissional desta população.

Na 2.<sup>a</sup> parte procede-se à discussão e análise dos dados descritos na 1.<sup>a</sup> parte, através da sua comparação crítica com resultados de outros estudos. A discussão e análise dos resultados respeitará a subdivisão, em cinco áreas, supra referidas.

Finalmente, são apresentadas algumas conclusões, tidas por mais específicas da população-alvo.

O estudo que se apresenta constitui, provavelmente, a última oportunidade possível (recomendável) de proceder a este tipo de análise com suporte nos conceitos da CIDID – uma próxima reavaliação da situação utilizará, por certo, a CIF como suporte de abordagem destas problemáticas, a qual se reputa de mais positiva porque mais consentânea com a realidade.

## **METODOLOGIA UTILIZADA**

**ÂMBITO DO ESTUDO** – O âmbito deste estudo diz respeito à análise dos percursos académico e profissional dos estudantes com deficiência, matriculados/inscritos na Universidade de Coimbra, ao longo do intervalo de tempo correspondente aos anos lectivos de 1989-90 a 2002-03, quer em cursos de licenciatura quer em cursos de pós-graduação/mestrado.

A análise efectuada inicia-se no ano lectivo de 1989-90, visto ser a partir desta data a organização, na Universidade de Coimbra, de censos<sup>(1)</sup> de estudantes com deficiência (esta data corresponde à data da organização do GATPED) e reporta-se às situações identificadas até ao final do mês de Maio de 2003.

---

<sup>(1)</sup> Os censos são organizados a partir do cruzamento da informação prestada, facultativamente, pelos estudantes, aquando da matrícula/inscrição na Universidade de Coimbra (UC) e dos registos de procura junto do GATPED.



UNIVERSO — o universo em apreço diz respeito a 225 indivíduos, correspondendo ao total da população, definida no âmbito do estudo.

FONTES DE INFORMAÇÃO — distinguem-se dois tipos de fontes utilizadas para efeito deste estudo:

*Relativamente a dados quantitativos* — a recolha destes dados, **indicadores objectivos**, foi efectuada através de fontes administrativas, recorrendo-se, numa perspectiva retrospectiva, quer à informação dos boletins de inscrição dos alunos quer ao registo dos respectivos históricos de disciplinas. A informação respeitante a estas fontes foi cedida pelos Serviços de Matrícula/Inscrição de Estudantes, dos Serviços Académicos da Universidade de Coimbra e da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

No que concerne a dados quantitativos relativos à situação de empregabilidade, foi utilizada como fonte de informação a entrevista individual e orientada, contendo questões abertas e fechadas.

*Relativamente a dados qualitativos* — a recolha de dados qualitativos, **indicadores descritivos**, das situações foi feita através da análise dos processos individuais dos alunos acompanhados pelo GATPED, bem como através de entrevistas orientadas (que decorreram, para o efeito, em Março, Abril e Maio 2003) e, ainda, pela análise da percepção/informação dos próprios estudantes, nomeadamente no que diz respeito aos motivos de desistência do curso e transferência para outra instituição, aspectos relacionados com condições de adequabilidade do posto de trabalho e à tipologia das dificuldades de enquadramento profissional.

TRATAMENTO DOS DADOS — após a actualização da base de dados dos registos individuais, recolhidos através das fontes citadas, procedeu-se ao cruzamento da informação para apuramento de dados.

CATEGORIAS DE DEFICIÊNCIA — na identificação das categorias de deficiência, seguir-se-á a terminologia da CIDID, definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1980.

Por uma questão de natureza metodológica e para facilitar a identificação das situações, serão referidas, neste estudo, as categorias de deficiência<sup>(2)</sup> apresentadas pelos estudantes e não as incapacidades<sup>(3)</sup> e desvantagens<sup>(4)</sup> (handicaps) resultantes da deficiência.

De facto, a «classificação das desvantagens é problemática pois os respectivos itens ‘indicadores’ não são classificados em função dos indivíduos ou das suas características, mas de acordo com as condições de vida em que as pessoas atingidas de incapacidade se podem encontrar, condições essas que poderão colocar esses indivíduos numa situação de desvantagem em relação aos seus semelhantes, quando apreciados segundo as normas da sociedade» (SNR, 1989).

A descrição que se segue refere-se às categorias de deficiência identificadas na população e visa proporcionar um amplo conhecimento sobre a(s) diversidade(s) das circunstâncias especiais desta faixa estudantil; subsequentemente a referência passar-se-á a fazer apenas às cinco grandes categorias de deficiência identificadas.

- *Deficiências da visão:*

ambliopia moderada – acuidade visual menor do que 0,3;

ambliopia grave – acuidade visual menor do que 0,12;

cegueira total – ausência de percepção de luz.

- *Deficiências da audição:*

deficiência auditiva moderada – perda entre 41 e 71 décibéis (dB);

deficiência auditiva muito grave – perda entre 71 e 91 dB;

deficiência auditiva profunda – perda superior a 91 dB;

perda total de audição.

---

<sup>(2)</sup> Deficiência é «toda a alteração do corpo ou da aparência física, de um órgão ou de uma função qualquer que seja a sua causa; em princípio as deficiências significam perturbações ao nível do órgão» (OMS, 1980).

<sup>(3)</sup> Incapacidades são «as consequências das deficiências em termos de desempenho e actividade funcional do indivíduo; as incapacidades representam pois perturbações ao nível da própria pessoa» (OMS, 1980).

<sup>(4)</sup> Desvantagem «respeita aos prejuízos que o indivíduo experimenta devido à sua deficiência e incapacidade; as desvantagens (handicaps) reflectem pois a adaptação do indivíduo e a interacção dele com o seu meio» (OMS, 1980).

- *Deficiências músculo-esqueléticas ou motoras*<sup>(5)</sup> (*deficiências mecânicas e motoras*):
  - dos membros superiores e inferiores;
  - dos membros superiores;
  - dos membros inferiores;
  - deficiência da estatura.
- *Deficiências de outros órgãos*<sup>(6)</sup>:
  - deficiência mecânica e motora dos órgãos internos (obstrução intestinal; obstrução traqueobrônquica);
  - deficiência da função cardiocirculatória e respiratória (intolerância ao esforço físico; perturbações do ritmo cardíaco);
  - deficiência da função gastrointestinal (cólon irritável);
  - deficiência da função urinária (insuficiência renal);
  - deficiência metabólica (diabetes insulino-dependentes);
  - deficiência da compreensão e do uso da linguagem (dislexia);
  - disfunção extrapiramidal;
  - síndrome da fadiga crónica (fibromialgia).
- *Plurideficiência ou deficiências mistas*<sup>(7)</sup>:
  - paralisia cerebral;
  - miopatia;
  - todos os casos de deficiência associada a outras deficiências (deficiência visual/auditiva; deficiência auditiva/diabetes; epilepsia/deficiência de outros órgãos); dificuldades psicológicas<sup>(8)</sup> (epilepsia, deficiência de concentração, ansiedade, restrição de interesses, desconfiança, evitamento social, hipocondria, distúrbios emocionais, compulsões (rituais), lentificação, traços obsessivos).

---

<sup>(5)</sup> Neste trabalho, as deficiências mecânicas e motoras dos membros são consideradas em conjunto; do mesmo modo, não se distinguem em função da extensão ou do grau da afectação.

<sup>(6)</sup> Incluem-se nesta categoria, também, as situações de doença (crónica) não expressas em categorias de deficiência.

<sup>(7)</sup> As deficiências mistas referem-se às deficiências cujas manifestações incidem nos planos psíquico, sensorial e físico, incluindo a paralisia cerebral (SNRIPD, 1998).

<sup>(8)</sup> As dificuldades psicológicas incluem a interferência com as funções básicas que constituem a vida mental — assim, as funções diminuídas são as que habitualmente indicam a presença de mecanismos neurofisiológicos e psicológicos de base (OMS, 1980).

(Página deixada propositadamente em branco)

I

*parte*

*resultados globais  
e análise*

(Página deixada propositadamente em branco)

## 1. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR CATEGORIAS DE DEFICIÊNCIA E POR FACULDADE

A leitura da distribuição da população por categorias de deficiência e por faculdade – **quadro n.º 1** e **gráfico n.º 1** – evidencia que as diversas categorias de deficiência são transversais a todas as faculdades, excepto à de Ciências do Desporto e Educação Física que não apresenta nenhum caso identificado, com base nas fontes referidas. As faculdades de Letras e de Ciências e Tecnologia são as que apresentam maior incidência de estudantes com uma qualquer deficiência, enquanto nas faculdades de Medicina e de Farmácia a expressividade destas situações é bastante reduzida.

Q 1 p. 22  
G 1 p. 51

A sua distribuição pelas diversas categorias de deficiência<sup>(9)</sup> é representada no **gráfico n.º 2**, através do qual se pode constatar que a maior prevalência se verifica nas deficiências da visão (36%) – com maior incidência de casos de cegueira – seguida das deficiências motoras ou músculo-esquelética (29%) – e, neste caso, com maior incidência ao nível dos membros inferiores. As demais categorias de deficiência (auditivas, mistas e de outros órgãos) equiparam-se em número de ocorrências (de 10% a 13%).

G 2 p. 52

## 2. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTUDANTES

### 2.1 *Tendência geral*

Através do **gráfico n.º 3** – evolução do número de estudantes com deficiência na UC – poder-se-á concluir que, embora a população manifeste, globalmente, um ritmo de crescimento positivo, apresenta, contudo, duas tendências distintas: uma de 1989-90 a 1994-95, caracterizada por uma

G 3 p. 53

---

<sup>(9)</sup> Doravante, consideram-se apenas as «grandes» categorias de deficiência.

Quadro n.º 1 – Distribuição da população por categorias de deficiência e por faculdade, de 1989-90 a 2002-03.

		Letras	Direito	Medicina	Ciências e Tecnologia	Farmácia	Economia	Psicologia e de Ciênc. Educação	Total	T. Geral
Deficiência Visual	Cegueira	17	16	-	-	-	3	6	42	80
	Ambliopia moderada	-	1	-	4	-	2	7	14	
	Ambliopia grave	7	3	2	4	-	4	4	24	
Deficiência Auditiva	Surdez profunda	4	-	-	7	-	4	-	15	30
	Surdez muito grave	5	2	1	2	-	1	-	11	
	Surdez moderada	1	1	-	-	-	1	1	4	
Deficiência Motora	Membros sup. e inf.	8	3	1	5	-	1	2	20	65
	Membros superiores	4	1	-	3	1	-	-	9	
	Membros inferiores	5	7	3	5	2	6	5	33	
	Deficiência de estatura	-	-	1	-	-	2	-	3	
<b>Plurideficiência</b>		5	4	-	7	-	5	2	23	23
<b>Deficiência de outros órgãos</b>		6	4	1	8	-	4	4	27	27
<b>Total</b>		62	42	9	45	3	33	31	225	225

Fonte: GATPED



evolução acentuada, a que corresponde uma média das taxas anuais de crescimento de 20,1%; e, após aquele ano, uma outra caracterizada por uma relativa estabilidade em torno da centena de alunos, não se denotando, portanto, qualquer taxa de crescimento da população.

A média das taxas anuais de crescimento da população é de 6,4%.

O número médio de estudantes/ano é de 86, com um desvio padrão de 18,7, tendo-se atingido um máximo em 1994-95 com 104 estudantes e um mínimo de 42 estudantes em 1989-90 (como já foi referido, anteriormente, este ano corresponde à data da criação do GATPED).

O número médio de estudantes que ingressa na Universidade é de 14,2 estudantes/ano, com um desvio padrão de 4,7; o traçado do histograma – **gráfico n.º 4** – denuncia a desaceleração anteriormente referida, relativamente aos últimos anos escolares, particularmente acentuada no ano lectivo de 2001-02.

G 1 p. 54

## 2.2 *Evolução da população por faculdade*

A população não tem crescido harmoniosamente em todas as faculdades; aliás, através do **gráfico n.º 5**, poder-se-á constatar um forte e contínuo crescimento nas faculdades de Psicologia e C. da Educação e de Ciências e Tecnologia<sup>(10)</sup> em contraste com as de Direito e de Letras onde as oscilações entre crescimento e desaceleração são muito acentuadas.

G 5 p. 55

Comparando a evolução da população, por faculdade – **quadro n.º 2** – poder-se-á concluir que todas as faculdades (excepto a de Letras e de Direito) apresentam uma média das taxas anuais de crescimento superior à taxa média de crescimento da população-alvo, a qual se cifra em 6,4%.

Q 2 p. 24

## 2.3 *Evolução por categorias de deficiência*

No **quadro n.º 3**, evidenciam-se os valores médios das taxas anuais de crescimento da população, por categorias de deficiência, constatando-se algumas disparidades entre as diversas categorias.

Q 3 p. 24

---

<sup>(10)</sup> A este incremento não é estranho o empenho dos órgãos de gestão da faculdade e dos docentes na identificação de situações «ocultadas» e o seu encaminhamento para o GATPED.

Quadro n.º 2 – Média das taxas anuais de crescimento da população, por faculdade

Faculdades	Média de alunos/ano	Média das taxas anuais de crescimento
Letras	18,57	4%
Direito	18,43	0%
Medicina	2,79	6,8%
Ciências e Tecnologia	21,64	14,26%
Farmácia	1,75	9%
Economia	13,21	12,32%
Psicologia e de Ciências da Educação	9,86	15,19%
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>6,38%</b>

Fonte: GATPED

Quadro n.º 3 – Média das taxas anuais de crescimento da população por categorias de deficiência

Categorias de deficiência	Média de alunos/ano	Média das taxas anuais de crescimento
Deficiência visual	26,64	0,79%
Deficiência auditiva	11,71	16,16%
Deficiência motora	24,50	5,61%
Plurideficiência	9,07	11,70%
Deficiência de outros órgãos	14,07	23,36%
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>6,38%</b>

Fonte: GATPED

As deficiências visuais e motoras — as mais prevaletentes ao longo de todo o período em estudo — apresentam uma taxa de crescimento «moderada» (0,8% e 5,6%, respectivamente); já as demais categorias, muito pouco representadas no início do «ciclo» em estudo, têm vindo a tornar-se mais presentes (ou mais conhecidas) na comunidade estudantil, assumindo taxas de crescimento de 12% a 23%.

Ressalta a taxa média de crescimento das deficiências de outros órgãos, na ordem dos 23,4% — uma vez mais se faz notar que este crescimento resulta da identificação de situações anteriormente «ocultadas» e o seu encaminhamento para o GATPED, pelos docentes e órgãos de gestão das faculdades.

### 3. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO

Identificar-se-ão alguns traços estruturais da população os quais poderão complementar (ou enriquecer) o conjunto de informação relativa aos percursos académico e profissional.

#### 3.1 *Distribuição da população por faculdade e por sexo*

Embora com predominância feminina — **quadro n.º 4** — a população apresenta um razoável equilíbrio entre os dois sexos (52% e 48%, respectivamente), tornando-se nítida a dicotomia das suas preferências quanto às áreas de estudo: as mulheres preferem cursos das faculdades de Letras e de Psicologia e Ciências da Educação (53%) enquanto os homens concentram-se nas faculdades de Direito e de Ciências e Tecnologia (49%).

Q 4 p. 26

#### 3.2 *Distribuição da população por faixas etárias*

25

Abrangendo este estudo um leque tão diverso de anos lectivos, a idade da população referida nesta abordagem, diz respeito à da entrada na universidade quer para cursos de licenciatura, quer para cursos de pós-graduação/mestrado.

Através do **gráfico n.º 6** constata-se a grande heterogeneidade de idades da população: a variação é dos 18 aos 56 anos; contudo, é até aos 24 anos

G 6 p. 56

Quadro n.º 4 – Distribuição da população por faculdade e por sexo

Faculdades	Homens	Mulheres	Total	%
Letras	25	37	62	27,6
Direito	26	16	42	18,7
Medicina	5	4	9	4,0
Ciências e Tecnologia	26	19	45	20,0
Farmácia	1	2	3	1,2
Economia	18	15	33	14,7
Psicologia e de Ciências da Educação	6	25	31	13,8
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>118</b>	<b>225</b>	
<b>%</b>	<b>48</b>	<b>52</b>		<b>100</b>

Fonte: GATPED

de idade que entra a grande parcela da população para cursos de licenciatura, traduzida em 83,4%.

A idade média de entrada em cursos de licenciatura é de 21,8 anos – 21,4 e 22,4 – respectivamente, mulheres e homens.

G 7 p. 57

A idade de entrada em cursos de pós-graduação – **gráfico n.º 7** – apresenta uma maior frequência no grupo etário dos 25 aos 30 anos, sendo a idade média de 32,8 anos.

G 8 p. 58

Considerando a distribuição da população por faixas etárias e por sexo – **gráfico n.º 8** – poder-se-á notar que as mulheres ingressam na Universidade, em maior número do que os homens, nas faixas etárias mais baixas: 59,3% da população que entrou até aos 20 anos de idade são mulheres e, ao invés, 57% da população que entrou a partir daquela idade são homens.

Será que as mulheres aceitam mais cedo do que os homens o desafio de tirar um curso superior?

### *3.3 Distribuição da população pelo estado civil*

No que diz respeito ao estado civil – **gráfico n.º 9** – os solteiros são o grupo maioritário, facto que não se estranha uma vez que estamos perante uma população predominantemente jovem (91,6% dos indivíduos tem entre 18 e 30 anos).

G 9 p. 59

### *3.4 Distribuição da população pela área geográfica de origem*

A população apresenta uma grande heterogeneidade quanto à sua naturalidade: se uma grande fatia (38%) diz respeito a estudantes naturais do distrito de Coimbra, os restantes 62% são oriundos de todos os restantes distritos de Portugal Continental, da Região Autónoma da Madeira, de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Angola, Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe), de Timor e de alguns países da União Europeia (França, Alemanha e Bélgica). Os estudantes estrangeiros, no seu cômputo global, representam 5,3% da população – **gráfico n.º 10**.

G 10 p. 60

### *3.5 Capital habilitacional dos pais*

O capital habilitacional foi estruturado de acordo com a Classificação Internacional Tipo de Educação (CITE).

Embora o capital habilitacional seja muito pouco dispar entre o grupo dos pais e o grupo das mães, sublinhamos, contudo, uma dicotomia que cinde estes dois grupos: as mães são em maior número quando falamos em pessoas sem nenhuma habilitação ou com habilitação de nível básico; ao invés, os pais são em maior número quando falamos de pessoas com cursos de nível secundário ou superior – **gráfico n.º 11**.

G 11 p. 61

A população é, predominantemente, proveniente de famílias em que pelo menos um dos pais tem, apenas, a escolaridade básica (46,7% e 43,6%, respectivamente, mãe e pai).

### *3.6 Actividade profissional dos pais*

As actividades profissionais referidas – **gráfico n.º 12** – correspondem à forma agrupada de vários tipos de profissão, baseadas na Classificação Internacional Tipo de Profissões (CITP).

G 12 p. 62

G 13 p. 63

As actividades profissionais dos pais distribuem-se por todos os grupos considerados, sendo manifesta a menor representatividade das mães em todos os sectores produtivos; nos sectores de actividades consideradas não produtivas – gráfico n.º 13 – o grupo das mães é manifestamente prevacente.

### 3.7 Trabalhadores-estudantes

G 14 p. 64

Uma fatia considerável da população estuda/estudou a tempo inteiro – gráfico n.º 14 – contudo, apura-se que 15% dos estudantes desenvolve/desenvolveu, concomitantemente, uma actividade profissional.

Q 5 p. 28

A situação de trabalhador-estudante é transversal a todas as «categorias» de deficiência, destacando-se, todavia, os deficientes visuais e os motores que representam, em conjunto, 70,5% dos trabalhadores-estudantes – quadro n.º 5.

Quanto à sua distribuição por faculdades, é notório que recai sobre as faculdades de Letras e de Direito o maior número deles, sendo muito reduzidos os valores apurados nas demais faculdades.

Quadro n.º 5 – Distribuição dos trabalhadores-estudantes por categorias de deficiência e por faculdade

	Letras	Direito	Medicina	Ciências e Tecnologia	Economia	Psicologia e de Ciênc. Educação	Total	%
Deficiência visual	5	6	1	–	–	–	12	35,3
Deficiência auditiva	2	1	–	2	–	–	5	14,8
Deficiência motora	5	3	1	1	1	1	12	35,2
Plurideficiência	1	–	–	–	1	1	3	8,8
Def. de outros órgãos	–	1	–	1	–	–	2	5,9
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>34</b>	
<b>%</b>	<b>38,2</b>	<b>32,3</b>	<b>5,9</b>	<b>11,8</b>	<b>5,9</b>	<b>5,9</b>		<b>100</b>

### *3.8 Grau de autonomia pessoal dos estudantes*

Independentemente da categoria de deficiência ou doença que afecta cada estudante, a capacidade de independência e de regulamentação dos próprios interesses é díspar de estudante para estudante. Para avaliar o grau de performance dos estudantes, ao nível da sua autonomia, constituiu-se uma «bateria» de cinco variáveis que, funcionando como «denominador comum» às diversas situações identificadas, excluiu qualquer dependência relativa às capacidades/incapacidades em falar, ouvir, ver, de mobilidade e orientação, e de destreza; assim, a «autonomia»<sup>(11)</sup> que se refere neste item foi avaliada em função das capacidades ou habilidades ao nível da adaptabilidade, do desempenho e da sociabilidade (Heward, L.W., 1998).

Constituiu-se, então, a seguinte grelha de variáveis, objecto de avaliação:

Capacidade de planeamento das actividades escolares:

*o aluno organiza e opta por um calendário de frequência às aulas;  
organiza o tempo e o modo de pesquisa bibliográfica das matérias;  
programa e define o calendário de frequências e exames para cada época.*

Capacidade de organização e desenvolvimento de actividades de vida diária (AVD's) no contexto escolar:

*assiduidade às aulas;  
recolhe e organiza os apontamentos das aulas;  
selecciona os apontamentos e textos fundamentais para o estudo.*

Capacidade de utilização dos diversos recursos da comunidade universitária:

*recorre ao horário de atendimento dos docentes;  
utiliza os recursos da faculdade (bibliotecas, salas de informática, laboratórios);  
recorre aos serviços prestados pelo GATPED.*

---

<sup>(11)</sup> Autonomia: autodeterminação; capacidade de regulamentação dos próprios interesses; independência, in *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto Editora, 8.<sup>a</sup> ed., 1999.

Capacidade de gestão do tempo:

*organiza o seu tempo diário em função das tarefas escolares;  
programa outras actividades a realizar (compras, lazer, convívio, transportes,  
etc.);*

*concretiza as tarefas escolares e sociais programadas (associativas, desportivas  
ou outras).*

Capacidade de abordagens sociais intra-pares, docentes e funcionários:

*participa em acontecimentos e organizações da academia (convívios,  
palestras, colóquios, reuniões, debates);*

*intervém nas aulas;*

*dialoga com os colegas e professores.*

Como critério, foi estabelecido que os graus de autonomia seriam designados por BOM, RAZOÁVEL e REDUZIDO<sup>(12)</sup>.

As respectivas ponderações foram avaliadas por um painel constituído por três técnicos superiores do GATPED, com um nível de concordância entre si na ordem dos 90% (Krippendorff, 1980).

Q 6 p. 31

Através do **quadro n.º 6** fica evidenciado que 45,8% da população manifesta ter BOM grau de autonomia e, os que revelam autonomia REDUZIDA, representam uma franja de 13,3%. Ressalve-se, contudo, que estamos perante uma variável qualitativa, dinâmica, e por isso mesmo susceptível de gerar novas constatações num curto prazo.

G 15 p. 65

Através da leitura da informação para cada uma das categorias de deficiência — **gráfico n.º 15** — constata-se que a prevalência do grau de autonomia dos deficientes visuais, dos auditivos e dos motores é BOM, sendo que os deficientes visuais apresentam um valor médio superior ao da média da população (45%). Nos casos de plurideficiência e deficiência de outros órgãos o grau de autonomia dominante é RAZOÁVEL.

---

<sup>(12)</sup> Valorando cada variável da grelha numa escala de 1 a 3 pontos, a designação de BOM corresponde ao somatório igual ou superior a 12 pontos; a de RAZOÁVEL ao somatório de 9 a 11 pontos; a de REDUZIDO ao somatório inferior a 9 pontos.



Quadro n.º 6 – Distribuição da população por categorias de deficiência e grau de autonomia pessoal

	Bom	Razoável	Reduzido	S/ inf.
Deficiência visual	52	19	3	6
Deficiência auditiva	13	8	7	2
Deficiência motora	24	19	11	11
Plurideficiência	6	12	2	3
Deficiência de outros órgãos	8	11	7	1
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>69</b>	<b>30</b>	<b>23</b>
<b>%</b>	<b>45,8</b>	<b>30,7</b>	<b>13,3</b>	<b>10,2</b>

Fonte: GATPED

#### 4. PERCURSO ACADÉMICO

A análise do percurso académico da população, explicitada no quadro n.º 7, incide sobre o total dos efectivos (225 indivíduos).

Q 7 p. 32

Da sua leitura, pode concluir-se que:

- 79 indivíduos (35,1%) estão a frequentar cursos de licenciatura;
- 92 indivíduos (40,9%) já concluíram os seus cursos de licenciatura;
- 2 indivíduos (0,9%) estrangeiros frequentaram a Universidade em programas de mobilidade estudantil (Erasmus);
- 10 indivíduos (4,4%) concluíram um curso de pós-graduação/mestrado
- 7 (3,1%) frequentam actualmente um curso de pós-graduação/mestrado;
- 1 estudante (0,4%) frequentou a Faculdade de Letras, durante vários anos, como aluno extraordinário;
- 23 indivíduos (10,2%) desistiram/abandonaram os estudos;
- 8 indivíduos (3,6%) pediram transferência para outras instituições;
- 2 alunos (0,9%) participaram no estrangeiro, em programas de mobilidade estudantil (Erasmus);
- 4 indivíduos (estrangeiros) (1,8%) frequentaram o Curso de Língua e Cultura Portuguesas do Curso de Verão da Faculdade de Letras.

Quadro n.º 7 – Percurso académico dos estudantes com deficiência (1989-90 a 2002-03)\*

	N.º de estudantes em 02-03	Estudantes em pós-graduação	Nº de licenciados	Nº de pós-graduados	Alunos extraordinários	Desistências	Transferências	Erasmus		Cursos de Verão – Língua e Cultura Portuguesas
								no estrang.	do estrang.	
Deficiência Visual	19	3	37	3	1	14	1	1	1	3
Deficiência Auditiva	12	-	14	2	-	1	1	-	-	-
Deficiência Motora	21	3	25	5	-	5	5	-	-	1
Plurideficiência	7	1	11	-	-	3	1	-	-	-
Deficiência de outros órgãos	20	-	5	-	-	-	-	1	1	-
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>7</b>	<b>92</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>23</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>4</b>

\* Neste período de tempo faleceram 3 estudantes.

Fonte: Serviços de Matrícula/Inscrição de Estudantes e GATPED

#### 4.1 Estudantes em cursos de licenciatura

1. A distribuição da população, por categorias de deficiência, a frequentar cursos de licenciatura em 2002-03 está traduzida no **quadro n.º 8**.

Q 8 p. 33

A maior percentagem diz respeito a estudantes com deficiência motora (26,6%), seguida da deficiência de outros órgãos e da deficiência visual (25,3% e 24,2%, respectivamente).

As várias categorias de deficiência são transversais a todas as faculdades (excepto à de Ciências do Desporto e Educação Física) estando os 79 estudantes distribuídos por 24 cursos de licenciatura e diversos anos curriculares.

Quadro n.º 8 – Estudantes em cursos de licenciatura, por categorias de deficiência, em 2002-03

Categorias de deficiência	Estudantes em cursos de licenciatura	% de estudantes
Visual	19	24,2
Auditiva	12	15
Motora	21	26,6
Plurideficiência	7	8,9
Def. de outros órgãos	20	25,3
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>100</b>

Fonte: GATPED

2. Através do **quadro n.º 9**, pretende-se estudar a relação entre o número de matrículas dos estudantes e o ano curricular que frequentam.

Q 9 p. 34

Designámos por M o número de matrículas correspondente ao ano curricular que o aluno frequenta; por M+1, M+2, M+3, ... o número de matrículas que excede em um, dois, três..., o ano curricular frequentado.

Poder-se-á concluir que a população se distribui por todos os anos curriculares, apresentando o 3.º e 4.º anos um maior número de ocorrências

Quadro n.º 9 – Relação entre o número de matrículas dos estudantes e o ano curricular frequentado

N.º de matrículas	Ano curricular						Total	%
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Estágio Pedagógico		
M *	8	2	5	5	5	1	26	32,9
M+1 e M+2	2	4	5	5	–	2	18	22,8
> M+2	3	4	13	8	7	–	35	44,3
Total	13	10	23	18	12	3	79	100

\* Número de matrículas correspondente ao ano curricular que o aluno frequenta

Fonte: Serviços de Matrícula/Inscrição de Estudantes e GATPED

(respectivamente, 23 casos (29,1%) e 18 casos (22,8%); a esta situação não será estranho o facto de nestes anos curriculares ocorrer o maior número de repetências com longa duração (13 casos com 6 ou mais matrículas, a frequentarem o 3.º ano e 8 casos com 7 ou mais matrículas a frequentarem o 4.º ano).

Apenas 32,9% da população estudantil frequenta o ano curricular correspondente ao número de matrículas efectuadas.

Os alunos que têm maior prevalência de repetências ( $\geq M+3$ ) são, como já se referiu os matriculados no 3.º e 4.º anos. Verifica-se que a maior incidência destes, diz respeito a estudantes com deficiência de outros órgãos – sublinhe-se quão considerável é o conjunto de perturbações subjacente a estas deficiências.

Identificam-se, na grelha seguinte, algumas das situações, que podem ajudar a melhor entender, do ponto de vista do próprio estudante, as causas do seu insucesso escolar<sup>(13)</sup>:

<sup>(13)</sup> Assumiu-se que «insucesso escolar» corresponderia a um número de matrículas igual ou superior a M+3.

- Internamentos sucessivos;
- Cuidados de saúde continuados;
- Interrupção dos estudos;
- Absentismo às aulas (por motivos de saúde);
- Necessidade de fraccionar o plano curricular;
- Falta de ajudas técnicas adequadas;
- Situação de trabalhadores-estudantes;
- Problemas de estrutura curricular;
- Desadequada metodologia de trabalho.

3. Finalmente, procurou-se relacionar o grau de autonomia pessoal dos indivíduos com o número de matrículas e o ano curricular frequentado – **gráfico n.º 16**.

G 16 p. 66

Poder-se-á concluir, facilmente, que a uma melhor performance ao nível de autonomia pessoal corresponde uma melhor resposta em termos de sucesso escolar; ao invés, a uma performance de nível REDUZIDO, corresponde um acentuado prolongamento de matrículas ( $\geq M+3$ ).

#### 4.2 Conclusão de licenciatura

1. O número de licenciados pela Universidade de Coimbra, durante o período de tempo em apreço, ascende a 92, ou seja, uma média de 7,1 licenciados/ano.

Através do **gráfico n.º 17** poder-se-á constatar a distribuição da população licenciada por anos de conclusão da licenciatura.

G 17 p. 67

A partir do ano lectivo de 1993-94 ressalta um incremento anual de licenciados, não obstante a «queda» de efectivos em 2001-02; contudo, prevê-se que em 2002-03 o número de estudantes que terminarão os seus cursos seja elevado, rondando a dezena.

2. A distribuição da população licenciada por categorias de deficiência – **gráfico n.º 18** – leva-nos a concluir que é a deficiência visual a que apresenta uma maior prevalência de licenciados (41%), seguida da motora (27%).

G 18 p. 68

Contudo, estabelecendo a relação entre o número de estudantes (com exclusão dos inscritos em 2002-03) e o número de licenciados, por categorias de deficiência – **quadro n.º 10** – poder-se-á concluir que os deficientes auditivos apresentam maior percentagem de licenciados, relativamente aos efectivos inscritos (87,5%).

Q 10 p. 36

Quadro n.º 10 – Relação entre licenciados e número de alunos inscritos em cursos de licenciatura, por categorias de deficiência

Categorias de Deficiência	N.º de alunos inscritos em cursos de licenciatura (excepto os de 2002-03)	N.º de licenciados	%
Deficiência visual	54	37	68,5
Deficiência auditiva	16	14	87,5
Deficiência motora	36	25	69,4
Plurideficiência	15	11	73,3
Def. de outros órgãos	7	5	71,4
<b>Total</b>	128	92	71,9

Fonte: GATPED

Q 11 p. 37

3. Quanto ao número de matrículas para conclusão da licenciatura, o quadro seguinte – **quadro n.º 11** – indica que cerca de 66,3% da população demorou N ou N+1 anos (sendo N o número de anos curriculares do curso) para completar o curso, e que 22,8% demorou um período igual ou superior a N+3 anos; a situação mais prevalente diz respeito à licenciatura concluída em N+1 anos (37%).

4. A classificação média de licenciatura é de 12,6 valores (desvio-padrão de 1,4). Verifica-se que apenas um aluno concluiu com a classificação de 10 valores e dois com 16 valores (classificação máxima verificada).

Q 12 p. 37

Agrupando as classificações de licenciatura obtêm-se os resultados expressos no **quadro n.º 12**, verificando-se, então, que os alunos que concluíram a licenciatura com classificações mais altas, foram os que se licenciaram em N anos, seguidos dos que se licenciaram em N+1 anos. A melhor performance escolar, na generalidade, diz respeito a indivíduos sujeitos a menores desvantagens/handicaps em função da deficiência que apresentam.

Quadro n.º 11 – Relação entre a nota de licenciatura e o número de anos para conclusão da mesma

N.º de Anos	Classificação							Total
	10	11	12	13	14	15	16	
N* anos	–	–	8	5	9	4	1	27
N+1	1	10	9	7	5	1	1	34
N+2	–	4	2	2	1	1	–	10
N+3	–	2	4	1	–	–	–	7
N+4	–	3	3	2	1	1	–	10
N+5	–	–	–	2	–	–	–	2
N+6	–	1	–	–	–	–	–	1
N+9	–	–	1	–	–	–	–	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>20</b>	<b>27</b>	<b>19</b>	<b>16</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>92</b>

\* Número de anos curriculares do curso

Fonte: GATPED

Quadro n.º 12 – Relação entre a nota de licenciatura e o números de anos para conclusão da mesma (modo agrupado)

	10 e 11	12 e 13	14, 15 e 16	Total
N anos	–	13	14	27
N+1	11	16	7	34
N+2	4	4	2	10
N+3	2	5	–	7
> N+3	4	8	2	14
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>46</b>	<b>25</b>	<b>92</b>

Fonte: GATPED

5. Relacionando o grau de autonomia pessoal e o número de anos para concluir a licenciatura – gráfico n.º 19 – constata-se que a performance ao nível da autonomia reflecte-se no número médio de anos em que a licenciatura é concluída. Assim, os estudantes com um nível de autonomia BOM consomem, em média, N+0,9 anos, enquanto os estudantes com autonomia RAZOÁVEL consomem N+1,7 anos e os com REDUZIDA consomem N+2,1 anos.

#### 4.3 *Frequência de cursos de pós-graduação/mestrado*

Como já se referiu, a faixa da população que prolonga os seus estudos para além da licenciatura, em cursos de pós-graduação/mestrado ronda os 18,5% (11% já os concluíram e 7,5% estão a frequentar em 2002-03); esta opção não é observável em todas as categorias de deficiência.

A população tem uma idade média de 32,8 anos e é maioritariamente masculina (58,8%); os cursos mais procurados são os da Faculdade de Letras (52,9%), embora a população se distribua por todas as faculdades, à excepção da de Farmácia.

O grau de autonomia pessoal desta faixa populacional é, maioritariamente, BOM (70,6%).

Poder-se-á ainda referir que 5 estudantes realizam/realizaram cursos de pós-graduação/mestrado nesta universidade, com licenciatura obtida nouro estabelecimento e que o GATPED tem conhecimento de que 8 dos licenciados pela Universidade de Coimbra frequentam/frequentaram cursos de pós-graduação/mestrado no estrangeiro.

#### 4.4 *Desistências do curso*

Dos alunos que frequentaram a universidade, 23 deles (10,2%) desistiram<sup>(14)</sup> de prosseguir estudos superiores, o que equivale a uma média de 1,6 alunos por ano, ao longo do período considerado.

---

<sup>(14)</sup> A não inscrição durante dois anos consecutivos é considerada desistência.



Quadro n.º 13 – Número de desistências por faculdade e por categorias de deficiência

Faculdades	Deficiência visual	Deficiência auditiva	Deficiência motora	Plurideficiência	Def. de outros órgãos	Total
Letras	5	–	2	1	–	8
Direito	4	–	1	–	–	5
Medicina	–	–	–	–	–	–
Ciências e Tecnologia	1	1	–	1	–	3
Farmácia	–	–	–	–	–	–
Economia	3	–	1	1	–	5
Psicologia e de Ciências da Educação	1	–	1	–	–	2
<b>Total</b>	14	1	5	3	–	23

Fonte: Serviços de Matrícula/Inscrição de Estudantes e GATPED-UC

Q 13 p. 39

A distribuição da população por faculdade e categorias de deficiência – **quadro n.º 13** – revela que a maior incidência de desistências se verifica na Faculdade de Letras (8 casos) e nas deficiências visuais (14 casos).

Apurou-se ainda que 91,4% dos alunos desistem nos dois primeiros anos curriculares, sendo muito expressiva a percentagem que desiste no 1.º ano curricular (61%); destes, a generalidade desiste ao fim de duas matrículas, embora haja alunos com um número considerável de matrículas antes da «decisão» de desistir (ou de interromper) – **quadro n.º 14**.

Q 14 p. 40

Quadro n.º 14 – Relação entre o número de matrículas e o ano curricular de desistência

Número de anos na UC	Ano curricular de desistência			
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano
1	1	–	–	–
2	6	1	–	–
3	2	–	–	–
4	2	1	–	–
5	1	1	–	1
>= 6	2	4	1	–
Total	14	7	1	1
%	61	30,4	4,3	4,3

Fonte: GATPED

40

Os motivos das desistências são indicativos de problemas pessoais e estruturais, alguns deles intrínsecos à instituição mas, sobretudo, ligados ao próprio sistema educativo.

As causas apuradas para esta tomada de decisão estão explicitadas no **quadro n.º 15**.

Q 15 p. 41

Quadro n.º 15 - Motivos de desistência/abandono dos estudos

Motivos pessoais	<ul style="list-style-type: none"><li>* Problemas graves de saúde;</li><li>* Casamento;</li><li>* Afastamento de familiares;</li><li>* Outras não especificadas.</li></ul>
Motivos profissionais	<ul style="list-style-type: none"><li>* Dificuldades de articulação dos horários escolares com os laborais.</li></ul>
Motivos estruturais	<ul style="list-style-type: none"><li>* Falta de orientação prévia na opção do curso a prosseguir;</li><li>* Falta de residências para deficientes não autónomos;</li><li>* Falta de apoio personalizado 24 horas/ 24 horas, especialmente nas AVD;</li><li>* Falhas nas condições logísticas de vida do estudante;</li><li>* Sistema pedagógico inadequado.</li></ul>

Fonte: GATPED

#### *4.5 Transferências de instituição*

Uma franja reduzida de estudantes – num total de 8 – transferiu-se para outra instituição; embora a sua distribuição por faculdade tenha uma expressividade diminuta, já a sua prevalência incide sobre a categoria das deficiências motoras.

De modo geral, as causas da mudança de instituição recaem sobre a procura de instituições na área de residência dos pais, para efeitos de acompanhamento mais personalizado e familiar ou para instituições com respostas mais específicas para as situações de grande deficiência motora, sem autonomia pessoal ou reduzida autonomia para as AVD.

### **5. PERCURSO PROFISSIONAL**

Este capítulo tem como objectivo analisar a inserção profissional dos licenciados da população em estudo; a população de referência é representada por 100 indivíduos licenciados<sup>(1.5)</sup>.

O número de licenciados objecto de uma entrevista individual, no sentido do conhecimento das respectivas situações profissionais, ascendeu a 80, ou seja 80% do total da população de referência.

Os sujeitos entrevistados atravessam todas as categorias de deficiência anteriormente referidas, todas as faculdades e todos os anos lectivos em análise, pelo que não será abusivo generalizar as conclusões obtidas.

Em termos globais, é após a conclusão do curso que a população inicia o seu processo de procura de emprego; os recursos mais frequentemente utilizados são: os anúncios/avisos, as pessoas das suas relações (amigos, familiares e colegas) e o concurso público.

---

<sup>(1.5)</sup> Somatório dos 92 indivíduos licenciados pela UC e de 8 indivíduos licenciados noutros estabelecimentos, ou na UC antes de 1989, mas que a frequentaram no período de 1989 a 2003, em cursos de pós-graduação/mestrado.

## 5.1 População inserida na vida activa e população desempregada

1. Verifica-se que estão a desempenhar uma actividade profissional uma faixa considerável da população: 81,3% dos licenciados<sup>(16)</sup>, enquanto a população desempregada corresponde a 16,2% e a população não activa (reformada) a 2,5% — **quadro n.º 16**.

Q 16 p. 44

Pela análise deste quadro apura-se que, para a população inserida na vida activa, os deficientes visuais (46,2%) e os deficientes motores (29,2%) constituem dois terços do número total de efectivos desta população (75,4%); seguem-se os deficientes auditivos (13,9%), os plurideficientes e deficientes de outros órgãos que representam, respectivamente, 7,7% e 3% dos efectivos.

O grau de empregabilidade da população, por categorias de deficiência, manifesta ser bastante satisfatório: 53% da população considera ser estável a sua situação de emprego.

Se atentarmos à distribuição da população activa em função do número de efectivos entrevistados, por categorias de deficiência — **gráfico n.º 20** — apura-se que a deficiência auditiva apresenta o maior índice de empregabilidade, na ordem dos 90% e que as categorias das deficiências motoras e visuais também apresentam valores acima dos 80%; as outras duas categorias de deficiência apresentam um baixo número de efectivos, pelo que não são, no nosso universo, relevantes os valores apurados — como já se sublinhou anteriormente, estas categorias de deficiência são, no nosso universo, de identificação mais recente do que as demais.

G 20 p. 70

2. A faixa da população desempregada é constituída, maioritariamente por mulheres: 8 mulheres e 5 homens; o tempo de procura de emprego após a licenciatura — **quadro n.º 17** — é similar entre homens e mulheres.

Q 17 p. 45

As áreas de estudo onde o desemprego é mais prevalente diz respeito a cursos da Faculdade de Letras e de Economia. Não foi apurada qualquer relação de dependência entre o grau de autonomia pessoal do estudante e o tempo de procura de emprego.

---

<sup>(16)</sup> Incluíram-se neste cômputo 5 estagiários — 2 em estágio pedagógico e 3 em estágio profissional — a desenvolverem actividades no âmbito da licenciatura.

Quadro n.º 16 – Empregabilidade da população por categorias de deficiência

Categoria de deficiência	População Activa			População não Activa		S/ inf.	Total
	Empregado	Estágio		Desempregado	Reformado		
		Pedagógico	Profissional				
Deficiência visual	27	1	2	5	2	3	40
Deficiência auditiva	8	1	-	1	-	4	14
Deficiência motora	19	-	-	3	-	8	30
Plurideficiência	4	-	1	4	-	2	11
Deficiência de outros órgãos	2	-	-	-	-	3	5
<b>Total</b>	60	2	3	13	2	20	100
<b>%</b>	60	2	3	13	2	20	100

Fonte: GATPED

Quadro n.º 17 – Desempregados: tempo de procura de emprego, após a licenciatura

	N.º de anos após a licenciatura				Total
	1 ano	2 anos	3 anos	> 3 anos	
Homens	–	–	1	4	5
Mulheres	2	4	–	2	8
<b>Total</b>	2	4	1	6	13

Fonte: GATPED

Deve ainda referir-se que na população desempregada estão incluídos 3 indivíduos que frequentam um curso de pós-graduação/mestrado, a tempo inteiro.

### 5.2 Tipologia das actividades profissionais

No **quadro n.º 18** apresenta-se a tipologia das actividades profissionais (CITP) desenvolvidas pela população, por categorias de deficiência; poder-se-á observar que 87,7% da população desempenha actividades profissionais no âmbito da licenciatura.

As profissões intelectuais e científicas absorvem 80% dos licenciados, distribuídos por uma variedade de actividades muito considerável – professores do ensino secundário, advogados, bibliotecários, médicos, técnicos superiores, economistas, arquitectos, geógrafos, engenheiro civil, analista de laboratório, farmacêuticos, psicólogos, entre outras; as situações de empresários e quadros superiores da Administração Pública correspondem a 7,7% da população.

Embora prevaleçam as situações de emprego «por conta de outrem», ressalve-se que 12,5% trabalha por conta própria, alguns deles havendo criado o seu próprio posto de trabalho, na área de serviços e advocacia.

Quadro n.º 18 – Actividade profissional dos licenciados (CITP), por categorias de deficiência

	Categorias de Deficiência					Total	%
	Def. Visual	Def. Auditiva	Def. Motora	Def. Mistas	Def. outros Órgãos		
Quadros superiores da administração pública, empresas e dirigentes	1	1	3	–	–	5	7,7
Profissões intelectuais e científicas	26	7	12	5	2	52	80
Técnicos e profissionais de nível intermédio	2	1	4	–	–	7	10,8
Pessoal administrativo e similares	1	–	–	–	–	1	1,5
Outras profissões *	–	–	–	–	–	–	
População activa	30	9	19	5	2	65	100

\* Esta categoria contém: «Pessoal dos Serviços e Vendedores», «Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas», «Operários, Artífices e Trabalhadores Similares», «Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem» e «Trabalhadores Não Qualificados».

Fonte: GATPED



### 5.3 Tipologia de dificuldades de enquadramento profissional

Genericamente, a população considerou que a sua integração profissional se realizou sem grandes dificuldades não obstante as referidas no **quadro n.º 19** – tipologia de dificuldades de enquadramento profissional. Tratam-se de dificuldades sentidas aquando da procura de emprego, mas, uma vez integrados em contexto laboral, as mesmas são superadas a curto prazo: «a qualidade de prestação do nosso serviço elimina muitas dificuldades»; «temos de demonstrar mais qualidade do que os colegas para sermos reconhecidos», assim testemunharam alguns entrevistados.

Q 19 p. 47

Quadro n.º 19 – Tipologia de dificuldades de enquadramento profissional, por categorias de deficiência

	Tipologia de dificuldades de enquadramento profissional
Deficiência visual	<ul style="list-style-type: none"><li>• Discriminação negativa</li><li>• Dificuldades de compreensão sobre as nossas competências</li><li>• Falta de equipamentos técnicos adequados</li></ul>
Deficiência auditiva	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dificuldades expressas em integrar equipas de trabalho</li><li>• Dificuldade de comunicação</li></ul>
Deficiência motora	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dificuldade de mobilidade</li><li>• Mobiliário e espaços não adaptados às circunstâncias pessoais</li><li>• Barreiras arquitectónicas diversas</li></ul>
Plurideficiência	<ul style="list-style-type: none"><li>• Barreiras arquitectónicas</li><li>• Discriminação negativa</li><li>• Falta de equipamentos técnicos adequados</li></ul>
Deficiência de outros órgãos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dificuldades de compreensão sobre as nossas circunstâncias</li></ul>

#### 5.4 Tipologia das adaptações no posto de trabalho

Relativamente à tipologia das adaptações no posto de trabalho prevalecem as relativas à necessidade de documentação em suporte adaptado, às tecnologias de informação e comunicação (TIC) e acessibilidade física ao/no posto de trabalho.

Q 20 p. 48

Todas as adaptações introduzidas nos postos de trabalho — **quadro n.º 20** — foram operadas pela entidade empregadora, à excepção de um caso.

Quadro n.º 20 — Tipologia das adaptações no posto de trabalho

Tipologia das adaptações no posto de trabalho	Número de casos
Documentos em suporte adaptado	17
Adaptações arquitectónicas	13
TIC	21

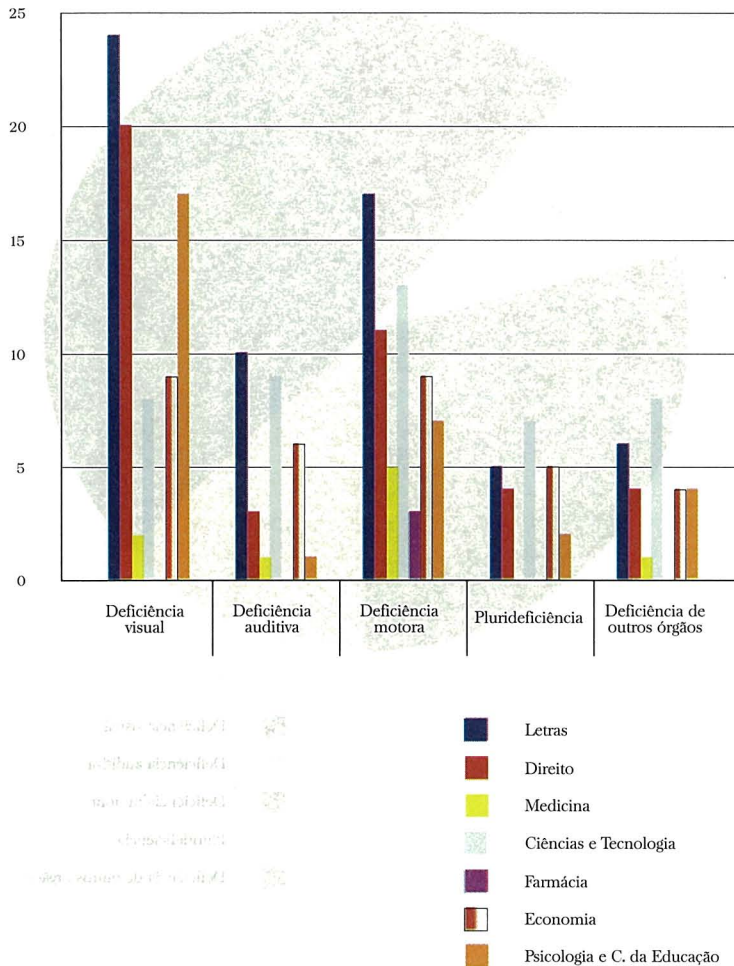
Fonte: GATPED

Como nota final, sublinhe-se que um considerável número de entrevistados referiu que, se algumas adaptações no posto de trabalho são de facto imprescindíveis, as mais apreciadas — porque de maior projecção — recaem sobre as mudanças de atitude e de mentalidade, manifestadas quer pelos empregadores quer pelos colegas de serviço, quer pelo público, respeitando de igual para igual o trabalho, o esforço e a dedicação com que desenvolvem as suas carreiras profissionais.

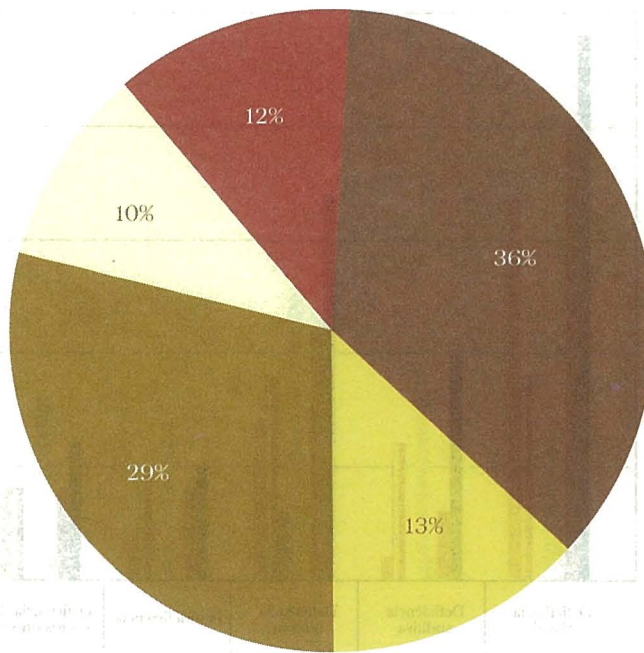
*gráficos*






(Página deixada propositadamente em branco)

Distribuição da população por categorias de deficiência e por faculdade, de 1989-90 a 2002-2003



Fonte: GATPED - UC

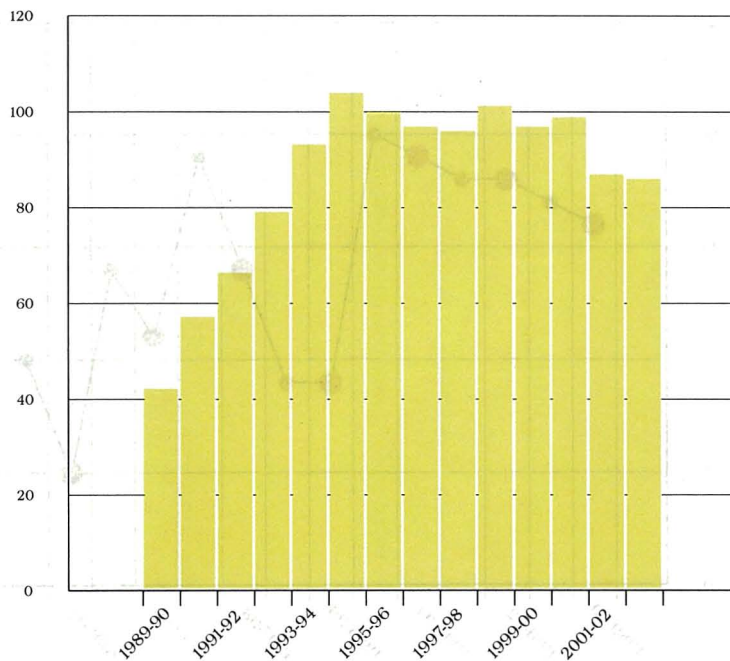
**Distribuição, em valores relativos, das categorias de deficiência**

-  Deficiência visual
-  Deficiência auditiva
-  Deficiência motora
-  Plurideficiência
-  Deficiência de outros órgãos



### Gráfico 3

Evolução do número de estudantes com deficiência

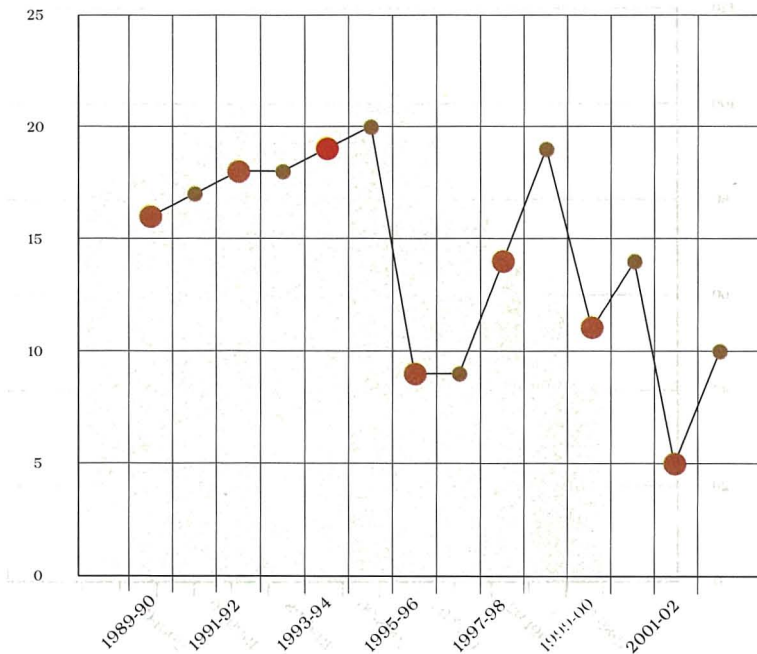


Fonte: Serviços de Matrícula/Inscrição de Estudantes e GATPED-UC



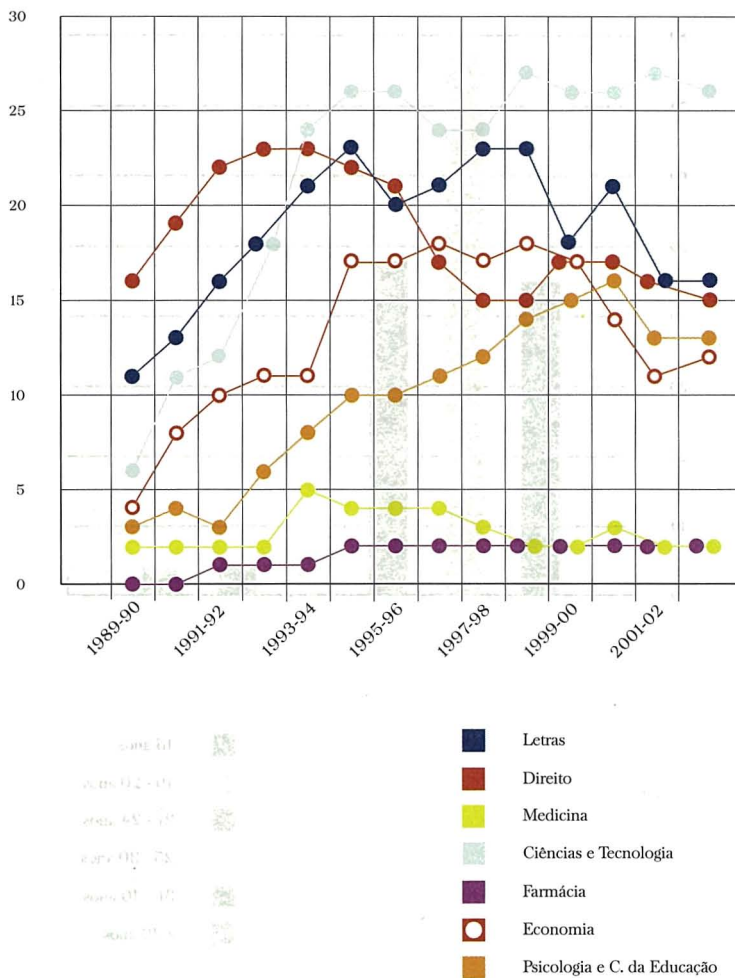
Gráfico 4

Número de estudantes com deficiência que ingressa, em cada ano, na U.C.





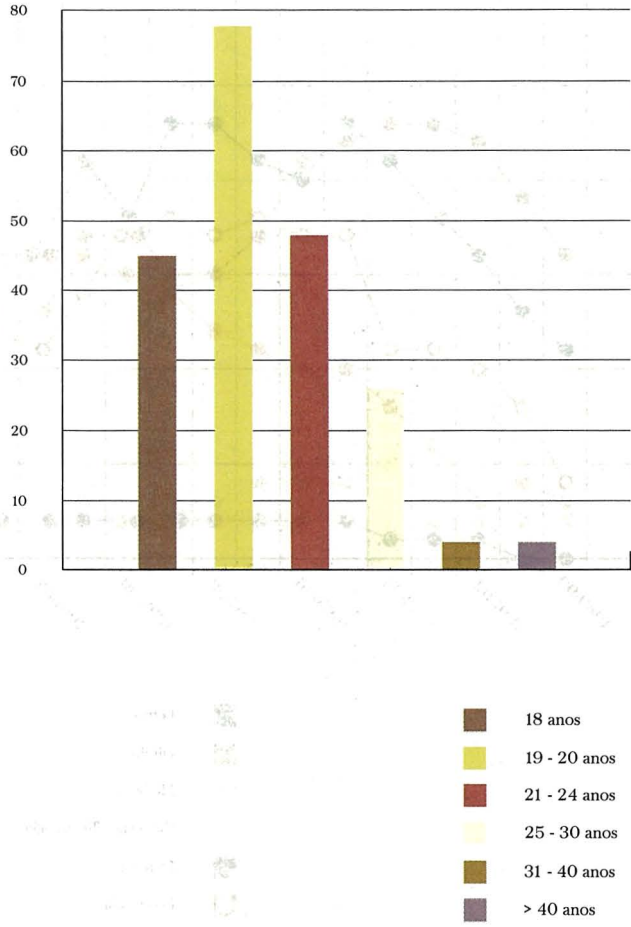
Evolução anual do número de estudantes com deficiência, por faculdade



Fonte: Serviços de Matrícula/Inscrição de Estudantes e GATPED-UC

Gráfico 6

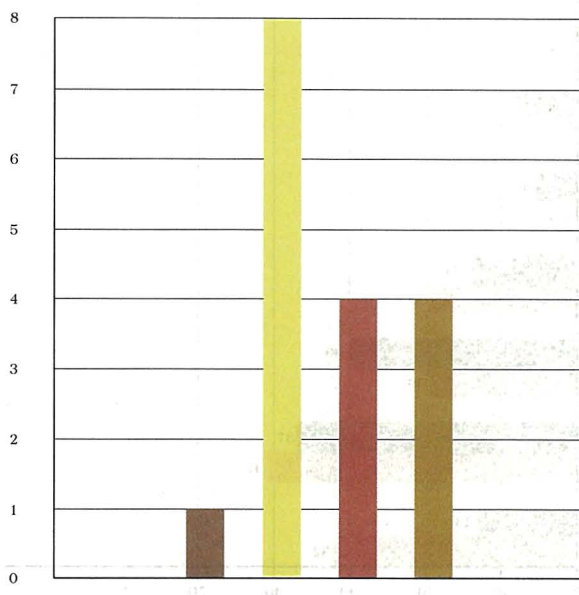
Distribuição da população, a frequentar cursos de licenciatura, por faixas etárias





### Gráfico 7

Distribuição da população, a frequentar cursos de pós-graduação, por faixas etárias

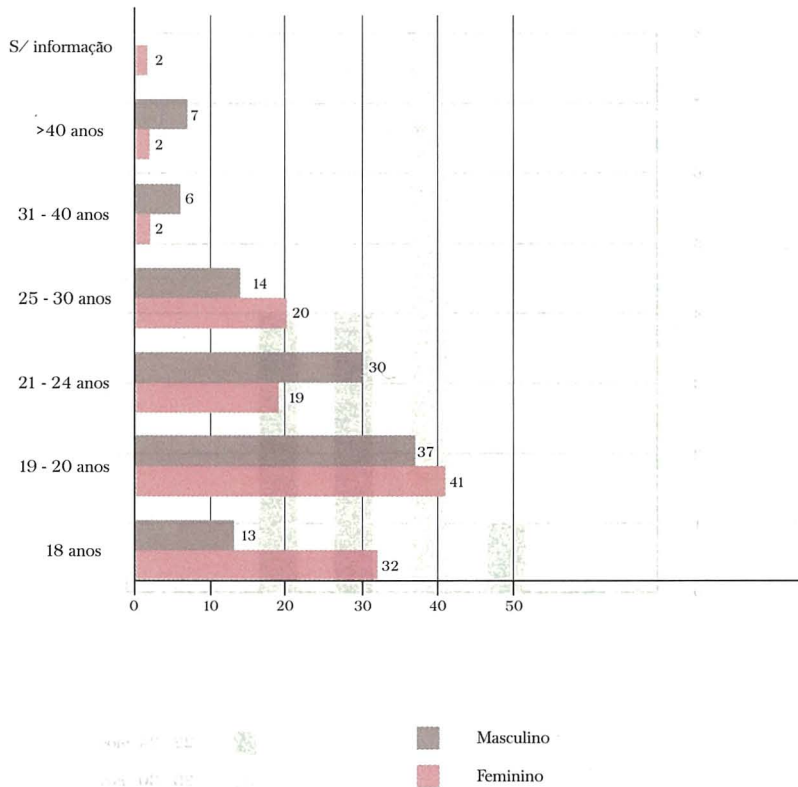


- 22 - 24 anos
- 25 - 30 anos
- 31 - 40 anos
- > 40 anos

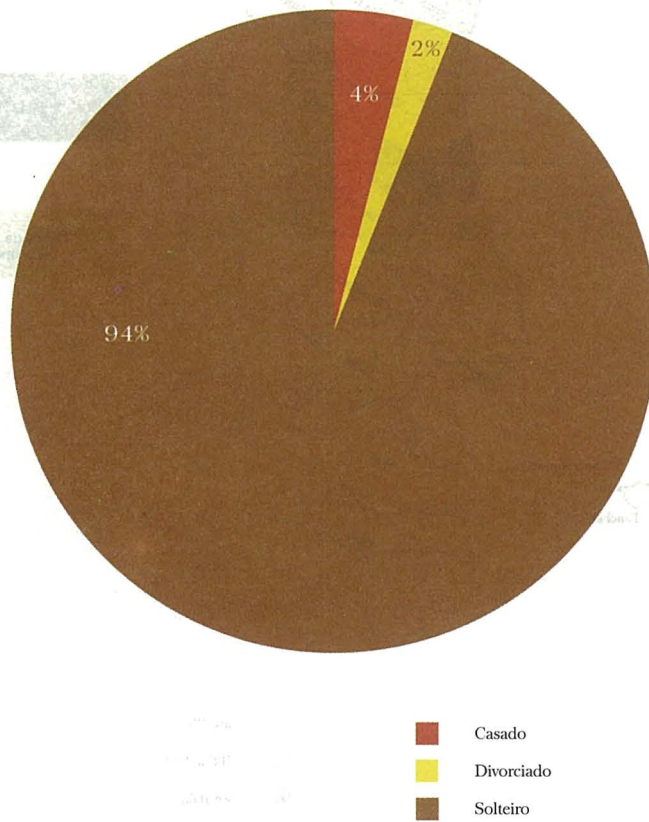


### Gráfico 8

Distribuição da população por faixas etárias e por sexo

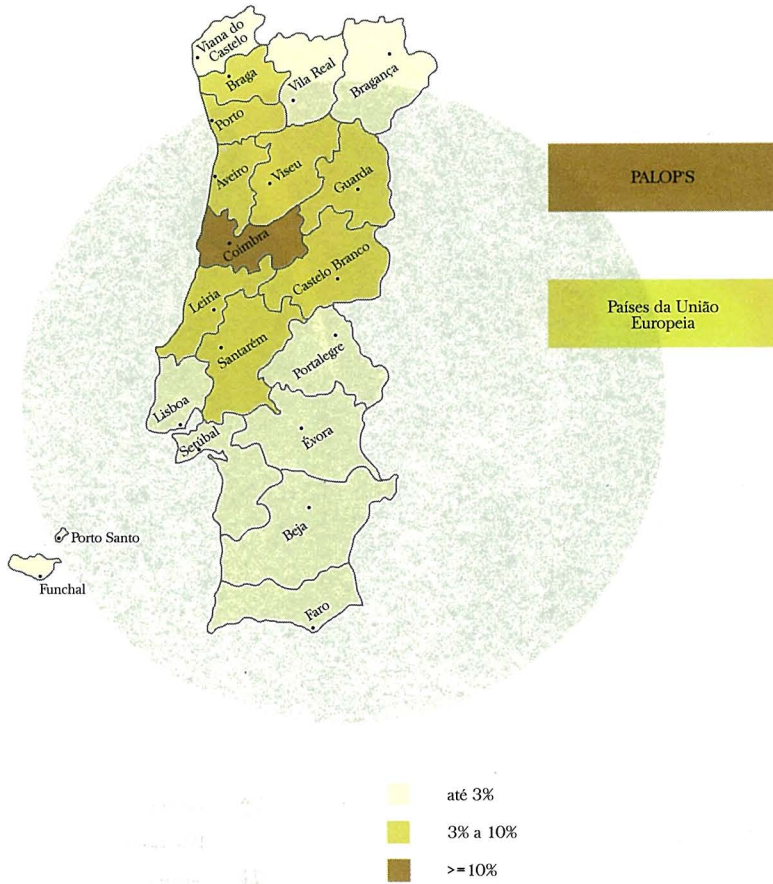


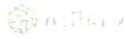
Distribuição da população pelo estado civil



## Gráfico 10

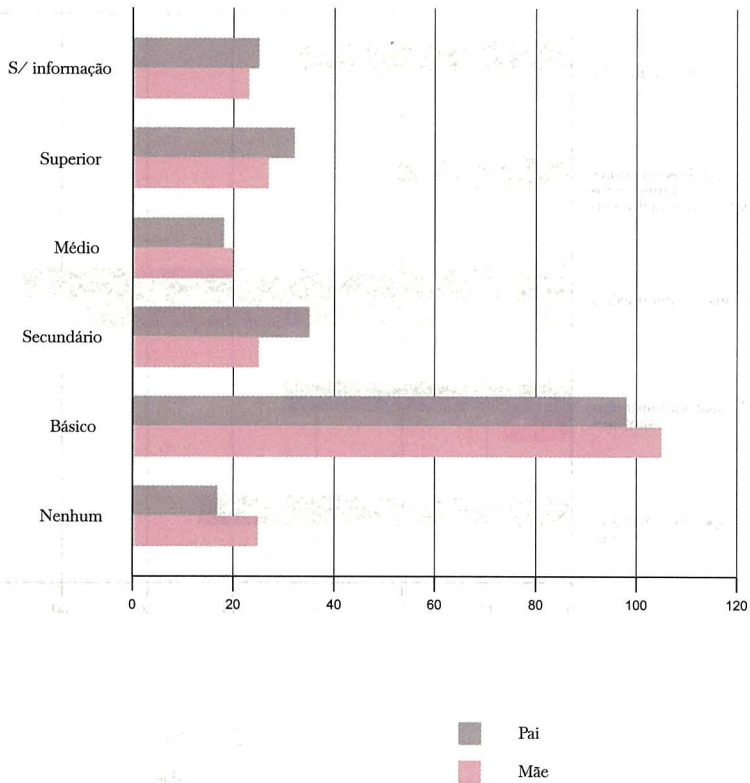
Distribuição da população pela área geográfica de origem



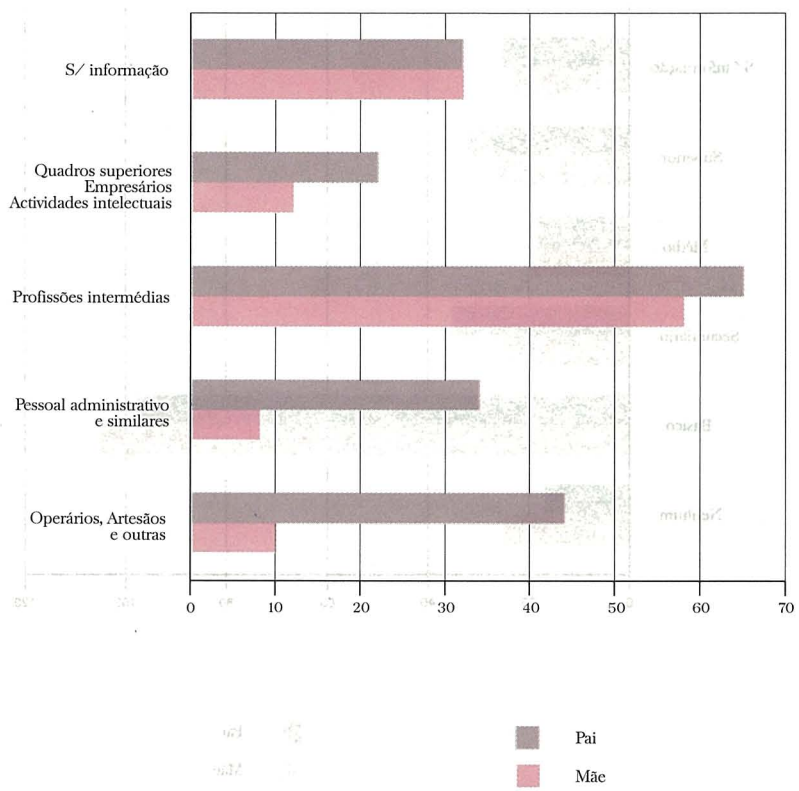


### Gráfico 11

Capital habitacional dos pais



Actividade profissional dos pais (CITP)



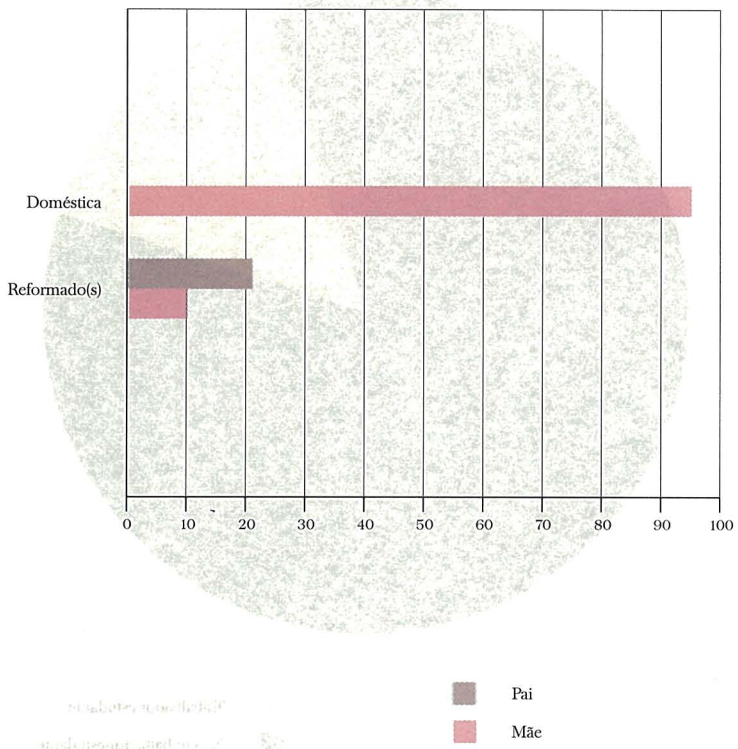




Sector de actividades não produtivas

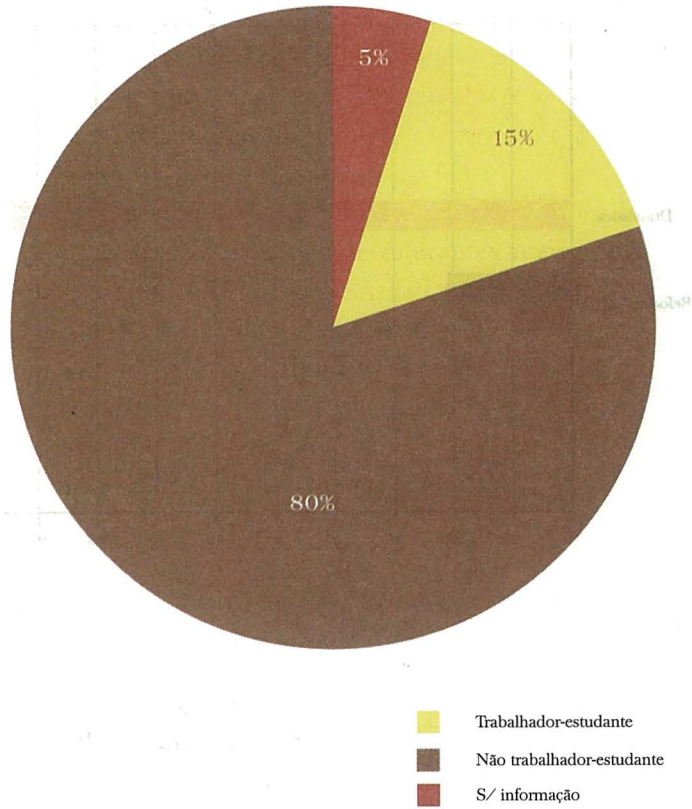
Gráfico 13

Estimativa de 2014

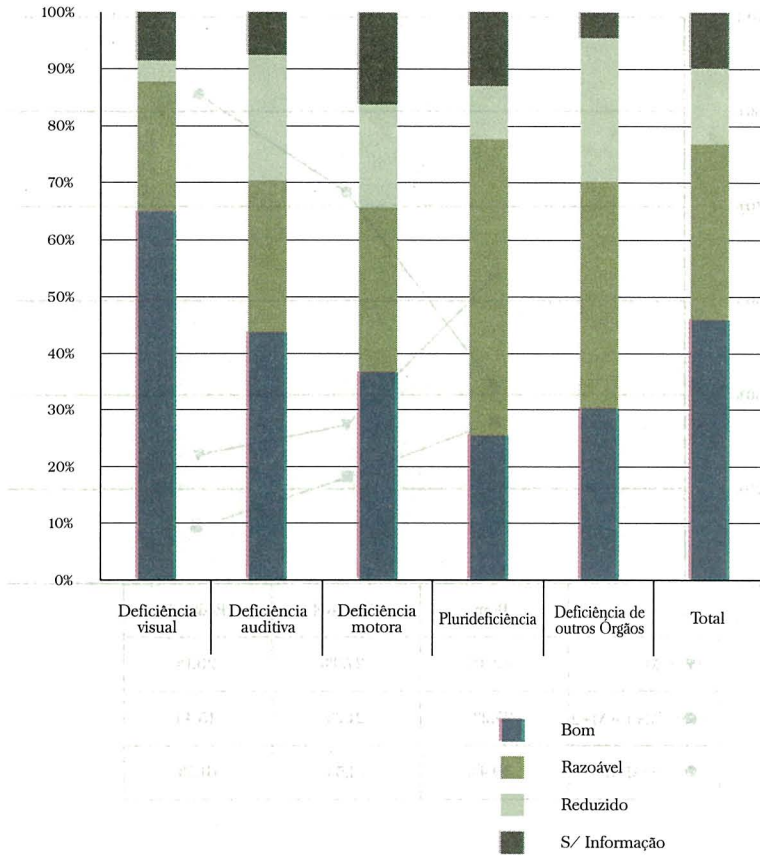


Fonte: Serviços de Matrícula/Inscrição de Estudantes

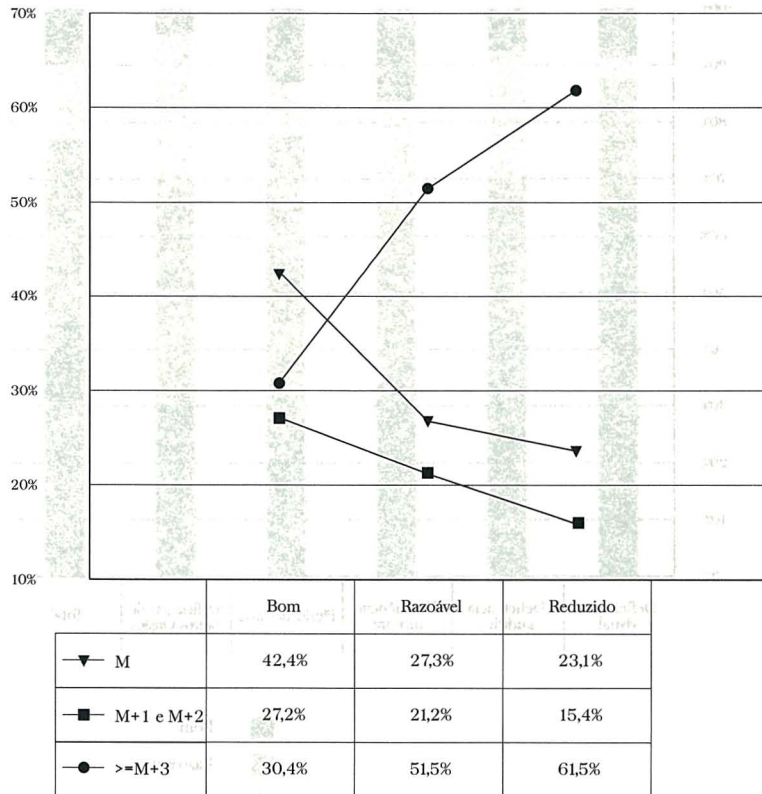
Trabalhadores-Estudantes

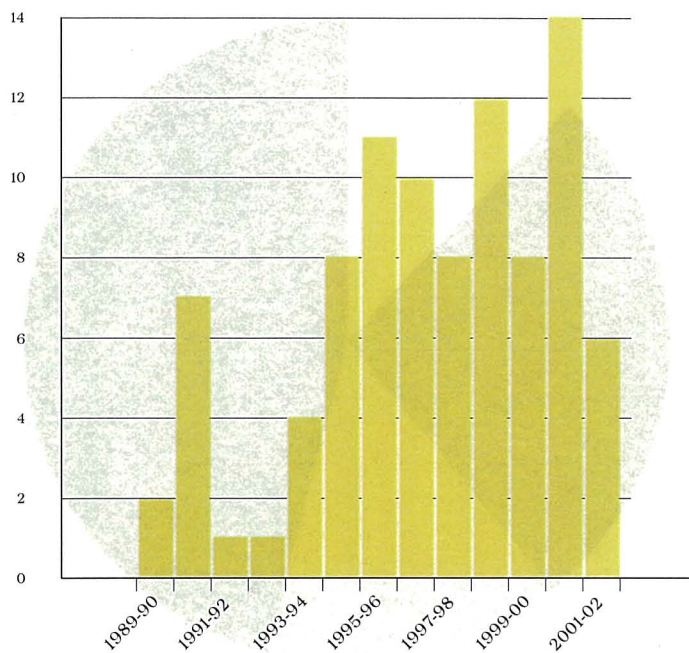


Relação comparativa dos diversos graus de autonomia pessoal por categorias de deficiência



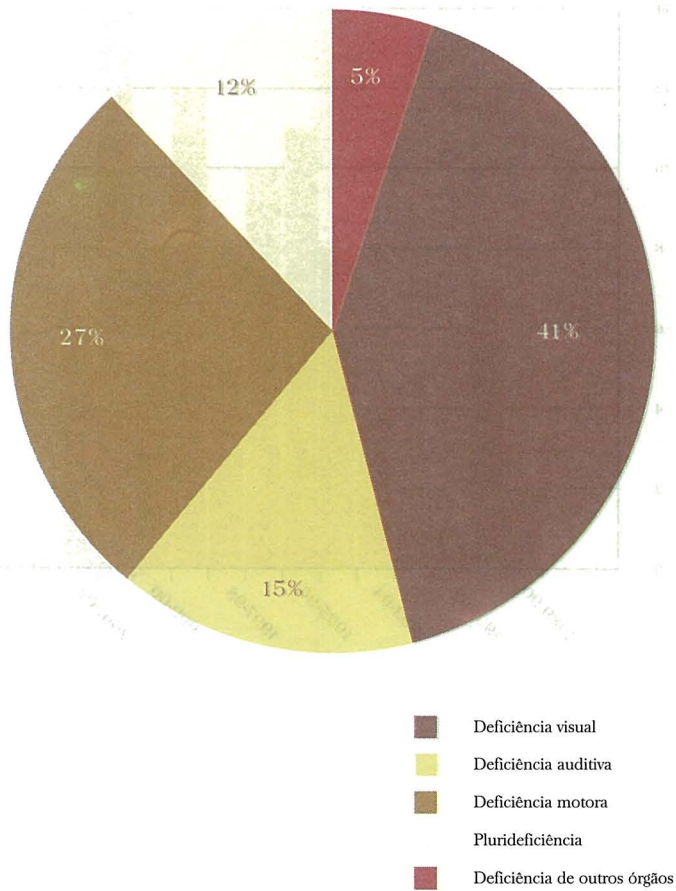
Relação entre o número de matrículas (M) e o grau de autonomia pessoal



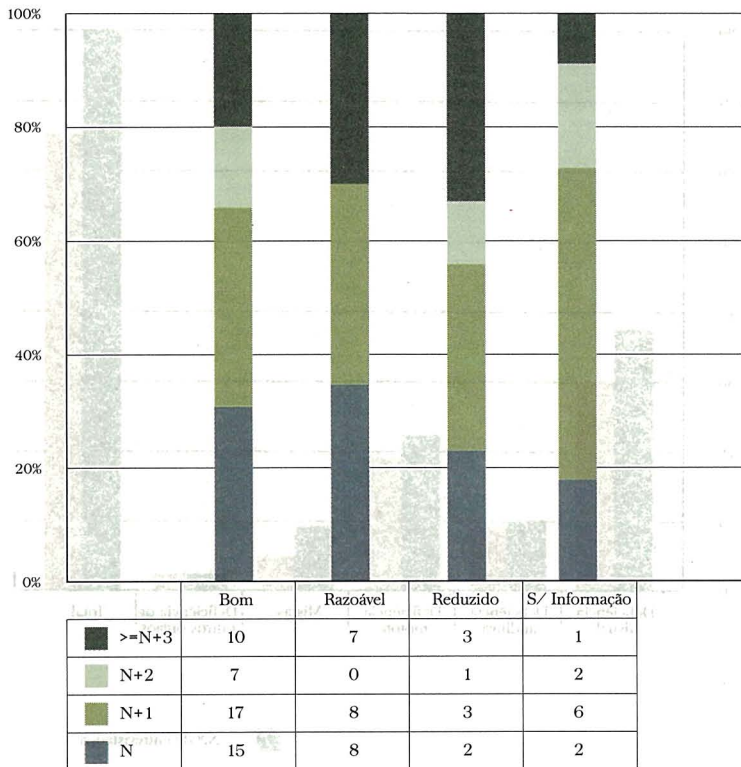
**Distribuição da população por anos de conclusão da licenciatura**

1989-90  
1991-92  
1993-94  
1995-96  
1997-98  
1999-00  
2001-02

Distribuição de licenciados por categorias de deficiência



Relação entre o grau de autonomia pessoal e o número de anos para concluir a licenciatura



Relação entre os efectivos entrevistados e a população inserida na vida activa

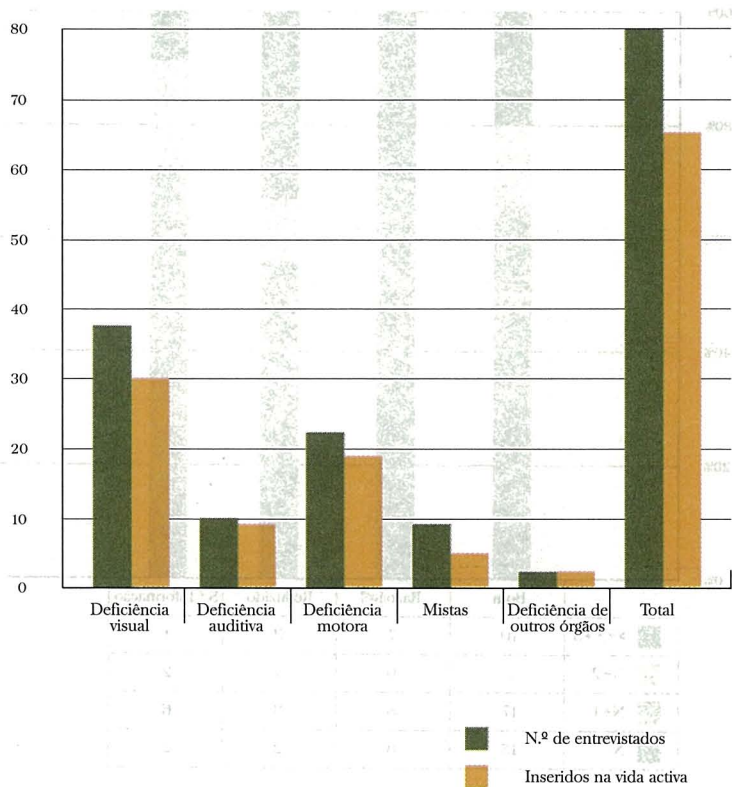
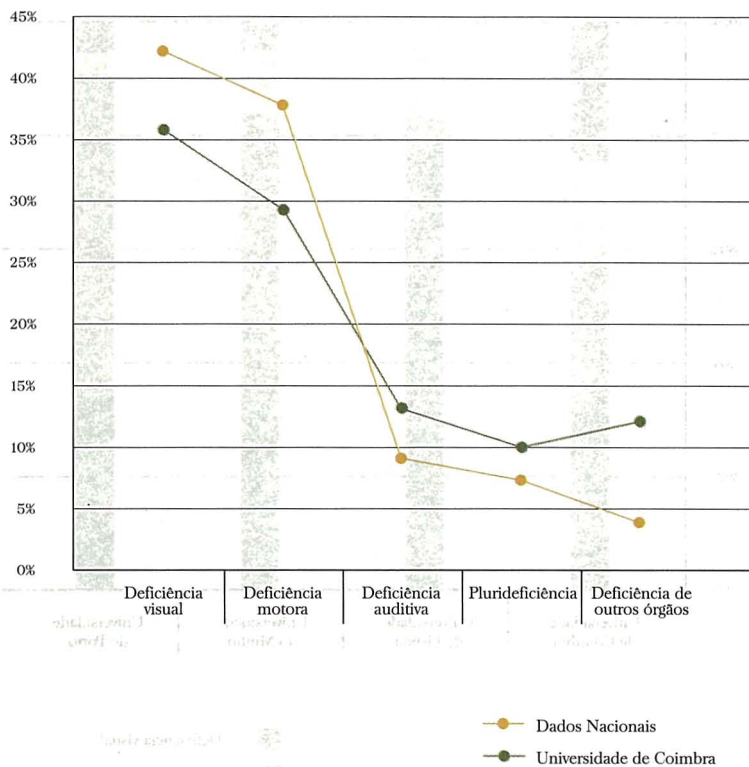




Gráfico 21

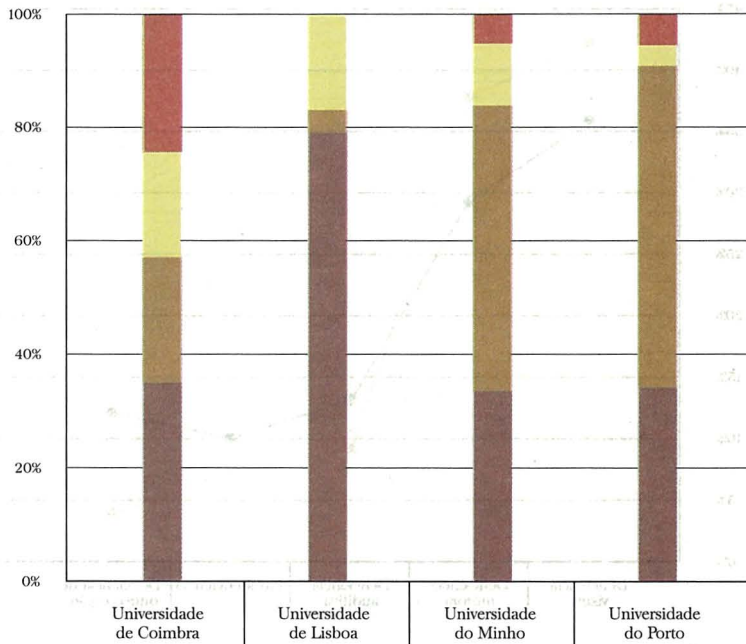
Distribuição relativa da população com deficiência no Ensino Superior (1994-95) e na Universidade de Coimbra





### Gráfico 22

Distribuição relativa das categorias de deficiência, em quatro Universidades portuguesas, no ano lectivo de 2001-02



- Deficiência visual
- Deficiência motora
- Deficiência auditiva
- Outras deficiências

## II

*parte*

*discussão  
dos resultados  
e conclusões*

(Página deixada propositadamente em branco)

## 1. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE

A discussão dos resultados anteriormente apresentados pressupõe o seu confronto com outras reflexões/estudos similares que permita aferir da similitude, ou não, das situações apuradas.

A ausência de trabalhos idênticos — relativos a discentes com deficiência, a frequentar o ensino superior — não permite a exequibilidade sistemática daquela metodologia. Aliás, como afirma Alcantude Marín (1998), «hasta la fecha resulta casi anecdótico encontrar documentación sobre la problemática de las personas con discapacidades físicas o sensoriales que acceden a los estudios superiores. Ello no quiere decir que no accedan a los estudios superiores personas con discapacidad...».

Procurar-se-á, todavia, confrontar os resultados obtidos com alguns dados caracterizadores de toda a população discente da Universidade de Coimbra, com dados estatísticos disponibilizados, quer por alguns estabelecimentos do ensino superior, quer por organismos de idoneidade reconhecida, quer ainda com elementos referidos nalguma literatura especializada.

Não deixa de ser um risco (*deliberadamente assumido*) discutir os dados apurados para este segmento da população — estudantes com deficiência — com os da população geral do mesmo estabelecimento. De facto, reconhece-se existirem condições que, à partida, não são idênticas entre os dois grupos — e as desvantagens pendem, como é óbvio, para o segmento da população em estudo.

### 1.1 Categorias de deficiência

1. Através da informação detalhadamente referida, relativa às várias categorias de deficiência identificadas na população-alvo (p. 16 e seg.), procura-se proporcionar uma visão tão alargada quanto possível da diversidade de circunstâncias pessoais de uma faixa da população estudantil universitária.

Ao espectro descritivo apresentado, liga-se indubitavelmente a necessidade de conhecer cada vez mais profundamente as consequências das deficiências/incapacidades em contexto educativo — isto é, as Necessidades Educativas Especiais (NEE) delas decorrentes.

Segundo a Agência Europeia para o Desenvolvimento da Educação das Pessoas com Necessidades Particulares (AEDE, 2003), em quase todos os países europeus é actualmente debatida a abordagem das deficiências em termos de consequências educativas, sendo variável, de país para país, a definição e as categorias de NEE — alguns não definem senão uma ou duas necessidades especiais enquanto outros definem mais de dez; a maior parte dos países define seis a dez necessidades particulares diferentes.

**2.** A distribuição da população-alvo deste trabalho, por categorias de deficiência, corresponde, quanto à prevalência das situações, à mesma prevalência apurada a nível nacional para o ES — **gráfico n.º 21**.

G 21 p. 71

De acordo com Patrício (2002), o único levantamento nacional relativo à população com deficiência a frequentar o ensino superior, foi realizado, pelo Departamento do Ensino Superior, para o ano lectivo de 1994-95. Foram então contabilizados 244 estudantes, distribuídos por 32 estabelecimentos.

Tal como se constatou para a população-alvo deste trabalho, também a nível nacional as situações «menos visíveis» — deficiências de outros órgãos, as auditivas e as mistas — têm uma representação muito inferior às demais situações; na Universidade de Coimbra, apura-se que as situações de «menor visibilidade» estão mais identificadas do que a nível nacional.

Para o ano lectivo 2001-02<sup>(17)</sup>, torna-se ainda possível comparar a distribuição da população com deficiência de quatro Universidades portuguesas; embora os dados disponibilizados não dissociem as categorias de deficiência de outros órgãos e as mistas, através do **gráfico n.º 22**, verifica-se que estas categorias de deficiência (consideradas conjuntamente — sob a designação de «outras deficiências»), também assumem valores muito inferiores a todas as demais.

G 22 p. 72

<sup>(17)</sup> Informação compilada pelo GATPED, junto das universidades com serviços de apoio neste domínio, no desenvolvimento da parceria com o Programa Comunitário Higher Education Accessibility Guide (HEAG).

Uma vez mais, poder-se-á referir que, na Universidade de Coimbra, há uma maior identificação das situações «menos visíveis».

**3.** Uma significativa mutação desta população foi-se desenhando ao longo do período em análise: as deficiências «mais visíveis» — as visuais e as motoras — sendo as mais prevaletentes entre as demais categorias de deficiência, apresentam, contudo, uma taxa média de crescimento (0,8% e 5,6%, respectivamente) consideravelmente inferior às das deficiências auditivas (16,2%), às mistas (11,7%) e às de outros órgãos (23,4%).

Isto é, estas categorias de deficiência muito pouco identificadas no início do «ciclo» em análise, têm vindo a ganhar relevância considerável.

A esta mutação não serão estranhos alguns factores: *i)* o papel da Universidade de Coimbra no acolhimento e apoio técnico-pedagógico disponibilizado; *ii)* o papel relevante dos docentes e órgãos de gestão na identificação e encaminhamento destas situações; *iii)* uma indubitável mudança de comportamento do próprio estudante face às «deficiências não visíveis» — ele tem procurado «ocultar-se» cada vez menos, e utilizar mais os serviços a eles dirigidos.

A esta mutação correspondem novos problemas didáctico-pedagógicos no desenvolvimento de uma carreira académica, pois as situações específicas tendem a ser cada vez mais complexas.

Alcantud Marín (1998) refere, para a Universidade de Valência (Espanha) que, em 1994, estas situações representavam 11,9% da população com deficiência, e em 1997 representavam 21,9%.

## *1.2 Evolução do número de estudantes*

**1.** O crescimento do número de estudantes com deficiência que ascende à universidade encontra paralelo com muitas outras universidades europeias com quem o GATPED teve o ensejo de participar no Grupo de Trabalho para o Ensino Superior do Programa Comunitário Hélios II<sup>(18)</sup> (o qual decorreu no quadriénio de 1993 a 1996): embora sem censos apurados por parte de muitas das universidades envolvidas no referido Grupo de

---

<sup>(18)</sup> Programa de acção comunitária a favor da integração das pessoas deficientes.

Trabalho, os parceiros sublinhavam a notória tendência de subida do número de estudantes com deficiência no seio do Ensino Superior, especialmente a partir do final da década de oitenta. Aliás, é também a constatação referida por Henderson (1992), relativamente às universidades americanas: a percentagem de alunos que se matriculam nas universidades e que dizem ser deficientes e sofrerem desvantagens relativamente aos seus colegas, tem aumentado significativamente nos últimos anos, tratando-se, sobretudo, de alunos com distúrbios de aprendizagem.

2. A taxa média de participação dos estudantes com deficiência – *relação entre o número de estudantes com deficiência e o número total de estudantes, no mesmo estabelecimento de ensino* – na Universidade de Coimbra, para o período considerado, foi de 0,4%.

A UNESCO (1999), através de um estudo que realizou no ano de 1998, sobre uma amostra de universidades de diferentes regiões da UNESCO – África, Arábia Saudita, Ásia e Pacífico, Europa<sup>(19)</sup> e América Latina – conclui que, praticamente, todas as universidades têm alunos com NEE e que, na maior parte dos casos, o número deles é extremamente diminuto: onde as percentagens puderam ser calculadas, estes estudantes representam valores inferiores a 1,4 % do total dos alunos das respectivas universidades – quadro n.º 21.

Q 21 p. 79

O valor modal diz respeito às universidades que apresentam uma taxa de participação inferior a 2 estudantes com deficiência por cada mil estudantes!

Em Portugal, no ano lectivo de 1994-95 (apenas para este ano existe um levantamento nacional relativo à população com deficiência, a frequentar o Ensino Superior), a taxa de participação destes estudantes no cômputo geral dos alunos do Ensino Superior, que se cifrava em cerca de 320 000, foi de 0,1%.

No ano lectivo de 2001-02 (cf. nota n.º 17), a taxa de participação em algumas Universidade portuguesas cifrou-se em:

Universidade Clássica de Lisboa – 0,2 %

Universidade do Minho – 0,3 %

Universidade do Porto – 0,2 %

Universidade de Coimbra – 0,3 %

(19) A Universidade de Coimbra integrou a amostra de estudo da UNESCO. (61)



Quadro n.º 21 — Taxa de representação de estudantes com NEE em algumas Universidades de diferentes regiões da UNESCO (1998)

Estudantes com NEE	Universidades
• inferior a 0,2 %	39,1%
• 0,2 a 0,4 %	30,4%
• 0,4 a 0,6 %	13,1%
• 0,6 a 0,8 %	8,7%
• 0,8 a 1,0 %	0
• 1 a 1,4 %	8,7%

Fonte: UNESCO (documento referenciado)

3. A média das taxas anuais de crescimento da população-alvo foi de 6,4%, enquanto, para o mesmo período de tempo em análise, a média das taxas anuais de crescimento da população discente em geral na UC foi de 5,6%. Ressalta a similitude dos valores para as duas populações, não podendo ser, por isso mesmo, considerado um resultado muito favorável à população com deficiência — evoluindo as duas populações com taxas idênticas, dificilmente crescerá a representação da população-alvo no seio da instituição.

### 1.3 Características da população

— Considerando que os valores relativos à população-alvo dizem respeito a valores médios para o período de tempo de 1989 a 2003, calcularam-se também para a população discente da Universidade os valores médios para o mesmo intervalo de tempo.

1. A população em estudo e a população em geral da Universidade — **quadro n.º 22** — apresentam, globalmente, traços caracterizadores muito idênticos: quer quanto à composição etária e distribuição por sexo, à idade média de entrada na Universidade (para cursos de licenciatura ou para cursos de pós-graduação) e nas demais variáveis consideradas, nomeadamente quer quanto às áreas preferenciais de estudo, onde se regista inclusivamente, a mesma dicotomia de preferências entre homens e mulheres.

Segundo Alves (2000), parece que as opções escolares e, conseqüentemente profissionais, não são sexualmente neutras: vários autores têm vindo a analisar, nas últimas décadas, o efeito do atributo «sexo» sobre as decisões escolares e profissionais dos indivíduos.

A representação de trabalhadores-estudantes e de estudantes estrangeiros na população-alvo, denuncia as mesmas capacidades de adaptabilidade e de mobilidade (ou, porventura, bem maiores, face às agressividades sociais) e de apreço das mais-valias daí resultantes.

Quadro n.º 22 – Traços caracterizadores da população-alvo e da população universitária, em geral

	População total <sup>(20)</sup>	População em estudo
• Composição da população		
mulheres	57%	52%
homens	43%	48%
• Idade média de entrada no 1.º ano		
mulheres	19,9 anos	21,4 anos
homens	21,6 anos	22,4 anos
• Áreas de estudo preferenciais		
das mulheres	Letras e Ciências	Letras e Psicologia
dos homens	Direito e Ciências	Direito e Ciências
• Trabalhadores-estudantes		
	14,3%	15%
• Idade média dos alunos em pós-graduação/mestrado		
	33 anos	32,8 anos
• Estudantes estrangeiros		
	5,7%	5,3%

2. Apura-se que a idade média de entrada no 1.º ano é um pouco mais tardia para a população-alvo – cerca de 1,5 anos – especialmente para as mulheres.

<sup>(20)</sup> Dados cedidos pelos Serviços de Informática e pelo Gabinete de Estudos e Estatística dos Serviços Académicos da UC.

O NLST (National Longitudinal Transition Study)<sup>(21)</sup> refere que 37% dos jovens com deficiência, que ingressam no ensino superior, matriculam-se 3 a 5 anos mais tarde, em contraste com 63% da população geral da mesma idade.

3. Considerou-se, na apreciação da população-alvo, uma variável a que se designou de denominador comum a todos os estudantes – grau de autonomia pessoal. Apurou-se que, os diferentes graus de autonomia pessoal, não demonstram qualquer relação de dependência com o estatuto sócio-profissional ou cultural das suas famílias, nem tão-pouco com as demais variáveis consideradas na caracterização da população. Contudo, esta variável joga um papel importante no percurso académico dos estudantes, como se verá mais adiante. Mau grado, não é possível discutir os resultados apurados, pois não se conhece qualquer estudo em que este tipo de variável haja sido analisado.

#### 1.4 Percurso Académico

Quadro n.º 23 – Traços caracterizadores do percurso académico da população-alvo e da população universitária em geral

	População total	População em estudo
• Ratio licenciados/total de estudantes inscritos		
1989-90 a 1995-96	11,1%	6,1%
1997-98 a 2002-03	10,6%	9,8%
• Conclusão da licenciatura		
em N anos curriculares	43,1%	29,4%
em N+1 anos	31,1%	37%
em N+2 anos	11,6%	10,8%
> = N+3	14,2%	22,8%
• Classificação média de licenciatura	12,9%	12,6%
• Estudantes em cursos de pós-graduação/mestrado (2002-03)	10%	8,2%

<sup>(21)</sup> Investigação longitudinal que avalia a adaptação à vida adulta dos jovens com deficiência que integraram programas de educação especial durante os estudos secundários, conduzida pelo *United State Department of Education* de 1987 a 1993.

1. A população-alvo mostra uma certa tendência para se aproximar da população geral no que respeita ao ratio licenciados/população inscrita: a grande disparidade verificada de 1989-90 a 1995-96, com desvantagem para a população em estudo, começa a ser contrariada pelos valores apurados para o período de 1996-97 a 2002-03 – **quadro n.º 23**.

2. Embora se possa referir uma razoável concordância entre os valores apurados para as duas populações, relativamente à classificação média de licenciatura e prolongamento em estudos de pós-graduação, elas demarcam-se, nitidamente, quanto ao tempo necessário para conclusão do curso.

Com efeito, a população-alvo licenciada apresenta valores médios de permanência na universidade mais elevados do que a população geral – nesta, o valor prevalecente é de N anos, sendo de N+1 na população em estudo, mas com valores muito elevados nas situações de  $\geq$  a N+3. Aludiu-se, anteriormente, existirem condições de desvantagem para este segmento populacional – estes dados comprovam-no. Não cabendo no âmbito deste trabalho dissecar a diversidade de desvantagens com que estes estudantes se confrontam no seu dia-a-dia, não se deixará, contudo, de expressar alguns exemplos, para clarificar um pouco mais a situação:

- Que sínteses poderá ter elaborado um estudante surdo no final de cada aula? Terá ele igualdade de oportunidades com os seus colegas para aproveitar da leitura de um livro?
- Estará um estudante, que sofre de patologia grave, sujeito a tratamentos hospitalares frequentes, em igualdade de oportunidades com os seus colegas para acompanhar os trabalhos escolares?
- E um deficiente motor com a incomodidade e cansaço decorrentes de posturas rígidas ou com impossibilidade de manusear documentos, estará em igualdade de oportunidades com os seus colegas no desenvolvimento da carreira académica?
- Estará um estudante com deficiência visual em igualdade de oportunidades com os seus colegas para recorrer às bibliotecas, para recolher informação divulgada em painéis, para reconhecer os espaços «vivos» da faculdade/Universidade?
- E ao nível dos aspectos logísticos: que transportes adaptados? que acessibilidades físicas? que ajudas técnicas específicas?

## 1.5 Percurso Profissional

Quadro n.º 24 – Traços caracterizadores do percurso profissional da população-alvo e da população universitária em geral

	U. Coimbra <sup>(22)</sup>	U. Lisboa <sup>(23)</sup>	Pop. estudo
<b>População inserida na vida activa</b>	89,5%	91%	81,3%
• Actividades no âmbito da licenciatura	83%	(*)	87,7%
• Emprego estável	56,8%	59,5%	53%
• Empregados por conta de outrem	75%	70,7%	86,2%
• Empresário por conta própria	13,8%	18,3%	12,5%
<b>População desempregada</b>	10,5%	9%	16,2%
• Áreas de estudo com maior prevalência	Direito e Letras	Economia e Direito	Letras e Economia
• Desemprego de longa duração (> 12 meses)	5,3%	9,3%	13,8%
• Licenciados em cursos de pós-graduação a tempo inteiro	(*)	7%	4%
<b>População não activa</b>	—	—	2,5%

1. Resulta da leitura do **quadro n.º 24** que, de um modo geral, os valores apurados para a população em estudo estão em consonância com os dos estudos referidos, realizados igualmente com universitários, embora em espaços físicos e temporais diferentes.

<sup>(22)</sup> Pereira, R. M. (1997)

<sup>(23)</sup> Alves, N. (2000)

(\*) Dados não apurados

A dinâmica empresarial/capacidade para gerar trabalho é, moderadamente, uma das expectativas relativamente ao enquadramento profissional dos jovens licenciados. Contudo, esta iniciativa, é manifestamente incipiente – não diferindo substancialmente os resultados apurados para a população-alvo deste estudo dos das demais populações referidas (12,5% a 18%).

Com uma notória vantagem para a população em estudo, releve-se a elevada percentagem que desempenha actividades profissionais no âmbito da sua formação académica, o que alguns autores denominam de *retorno do investimento*.

Relativamente à precariedade dos empregos, evidencia-se, nos três estudos, uma percentagem considerável de licenciados (rondam os 40%) que referem não ter uma situação «estável», ao nível contratual.

2. Com percentagens mais penalizadoras para a população em estudo refira-se a situação relativa ao desemprego, e desemprego de longa duração (superior a 12 meses), não obstante a implementação de políticas nacionais de incentivo, quer para o empregador quer para a criação do próprio emprego, dirigidas à empregabilidade da população com deficiência. As áreas de estudo com maior prevalência de desemprego não se distanciam dos estudos indicados: Letras, Direito e Economia.

Por seu turno, o prolongamento de estudos a tempo inteiro, após a licenciatura, não é um expediente muito presente nas populações referidas. A população não-activa (reformada) apresenta uma ligeira expressão (2,5%) na população em estudo e diz respeito a indivíduos com idade superior a 45 anos, vítimas de uma deficiência em idade adulta.

3. As actividades desenvolvidas pela população em estudo, como já se referiu, estão de acordo com a respectiva preparação científica, excepto para uma franja de 11%; aliás, esta situação é muito mais confortável do que a apurada para os diplomados do ES 1994-95 (ODES, 2002), cujo valor ascendia a 28,4%; relativamente à população licenciada no espaço da União Europeia (UE), em 1997, este valor situa-se em 9,5% (in *Os Números-Chave da Educação na Europa*, 2002), no qual se sublinha que, cada vez mais, jovens diplomados do ES aceitam empregos para os quais se encontram excessivamente qualificados ou são confrontados com emprego precário.

4. A generalidade dos licenciados refere não ter encontrado grandes dificuldades aquando do seu enquadramento profissional, ao contrário do que acontece quando se desenvolve o processo de procura de emprego. Aliás, de acordo com um trabalho, ainda que não recente, intitulado «Inquérito aos trabalhadores deficientes» (1993), regista-se que 62,5% dos deficientes também consideraram que a sua integração profissional foi realizada sem dificuldades.

5. Do ponto de vista do licenciado inserido no tecido produtivo, registaram-se (p. 48) alguns dos seus comentários (que se reputam de muito oportunos) relativamente a atitudes integradoras por parte dos empregadores de cidadãos deficientes. De um estudo, elaborado por Claro *et al.* (1997) – grupo de estudantes do Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra, coordenado por Baptista Dias – intitulado «Receptividade dos empresários à contratação de indivíduos deficientes», poder-se-á concluir que, na prática, os empresários que lidam com funcionários com alguma deficiência têm uma opinião mais convincente e segura relativamente às competências e qualidades profissionais destes cidadãos, enquanto os não empregadores desta mão-de-obra manifestam uma opinião muito ténue relativamente ao assunto, denotando-se «ignorância», «medo» e ideias estereotipadas. Citam-se alguns dos apuramentos daquele estudo:

Opinião de empresários com funcionários com alguma deficiência:

os funcionários com deficiência executam as tarefas com agrado/muito agrado – 87,5%

a qualidade do trabalho é perfeito/muito perfeito – 56,5%

os funcionários com deficiência são iguais aos outros funcionários – 32%

é necessário conceder mais oportunidades às pessoas com deficiência – 72,7%

empresários satisfeitos com o trabalho desenvolvido por funcionários com deficiência – 82%

Opinião de empresários sem funcionários com alguma deficiência:

nunca pensaram nessa questão – 57%

pensam que um funcionário com deficiência pode ser capaz de desempenhar uma função com qualidade – 52%

têm dúvida se integrariam na sua empresa qualquer pessoa com deficiência — 31%  
nada têm contra a contratação de funcionários com deficiência na sua empresa — 57%

seria necessário conceder mais apoios às empresas para integrarem pessoas com deficiência — 72,7%

Corrobora-se das opiniões dos licenciados quando valorizam as ATITUDES DE MUDANÇA como factor primeiro na consolidação de uma nova postura face aos cidadãos com deficiência — atente-se nas suas competências!

## 2. CONCLUSÕES

Após a análise e discussão de indicadores estatísticos da população-alvo, apontar-se-ão, em jeito de conclusão geral, alguns dos seus traços mais relevantes:

### 1. A população-alvo representa uma pequena faixa da população discente da universidade — 0,4%.

A probabilidade de crescimento da sua participação é reduzida, pois as taxas médias de crescimento das duas populações são quase coincidentes (6,4% e 5,6%, respectivamente). Com uma taxa de participação muito reduzida, tal situação não é, contudo, exclusiva da UC — mau grado, é uma constatação de carácter geral do ES em Portugal e em espaços mais alargados.

### 2. A população-alvo identifica-se com a população discente geral.

É uma população jovem, maioritariamente feminina, proveniente de todos os distritos nacionais, miscigenada com estudantes estrangeiros, que conta com uma parcela de trabalhadores-estudantes, que prolonga os seus estudos para além da licenciatura em cursos de mestrado e pós-graduação, que contribui para a criação dum «espaço europeu da educação» através da participação em programas de mobilidade estudantil, que conclui os seus estudos com idênticas classificações, que conhece dificuldades de inserção profissional, entre muitas outras áreas anteriormente identificadas.



**3. A população-alvo é uma população onde a heterogeneidade é uma das suas características.**

Fundamentam esta constatação as diversidades apuradas quer relativamente aos seus traços estruturais — origens geográficas, estrutura etária, estatuto sócio-cultural dos pais —, quer quanto às opções de áreas de estudo e desenvolvimento de carreira académica e profissional. Portanto, poder-se-á afirmar que não existe um traço grupal ou um perfil próprio da população-alvo.

Algumas (muitas) vezes os indivíduos com deficiência são identificados com a sua própria deficiência, o que vale dizer serem agrupados sob a designação da deficiência — o cego, o surdo, o tetraplégico..., como se de um perfil, um molde, se tratasse.

A heterogeneidade supra constatada e sublinhada poderá contribuir para a desmistificação deste estereótipo tão vulgarizado, mesmo em contextos mais eruditos?

**4. A população-alvo apresenta, maioritariamente, um BOM nível de autonomia pessoal.**

Como afirma Mithaug *et al.* (1987), o desenvolvimento de uma carreira académica e profissional com sucesso exige um considerável conjunto de capacidades/habilidades sociais, susceptíveis de reforçarem a autonomia e estima pessoal, a capacidade para tomar decisões, a capacidade para o desempenho de actividades de forma independente, capacidade de adaptabilidade, capacidade de auto-avaliação e capacidade para implementar «melhorias» nas suas tarefas.

Poder-se-á, então, sublinhar a importância de que se revestiria o treino e o aperfeiçoamento destas aptidões, podendo, seguramente, generalizar-se esta constatação relativamente a toda a população estudantil.

**5. A população-alvo potencia uma certa «revolução cultural e social».**

Se o ingresso no ES funciona, muitas vezes, como um mecanismo de autopropagação de certos estratos sociais, a generalidade desta população-alvo, oriunda de famílias com reduzido e médio capital habilitacional, contribui largamente para a «revolução» dos estratos sócio-culturais de origem.

**6. A população-alvo desenvolve um esforço acrescido relativamente à população em geral.**

Não obstante algumas variáveis estudadas serem menos favoráveis à população-alvo, por detrás da frieza dos números e da estatística, sobressai a tenacidade e a assertividade com que esta população estuda e trabalha, eliminando, ela própria, quantas BARREIRAS sociais, mas, sobretudo psicológicas, que se revelam, muitas vezes, na marginalização social e desconfiança acerca das suas capacidades, obrigando-a, constantemente, a provar as suas aptidões, para ser aceite como membro, de pleno direito, da comunidade universitária.

**7. A população-alvo é uma população dinâmica.**

Com efeito, apurou-se existir uma relevante mutação quanto à representatividade das diferentes categorias de deficiência: as deficiências «mais visíveis» (motoras e visuais) mais presentes no início do ciclo temporal deste estudo passaram a emparceirar com as menos visíveis (auditivas, mistas e outros órgãos), as quais revelam, presentemente, uma taxa média de crescimento superior àquelas. Por outro lado, são estas categorias de deficiência que mais desafiam a Instituição a confrontar-se com novos problemas didáctico-pedagógicos e logísticos.

**8. A população-alvo favorece a socialização da condição de ser «diferente».**

A participação destes estudantes na vida da universidade é um capital que facilita, potencia, torna emergente a desdramatização da condição de ser deficiente; por outro lado, a própria instituição enriquece-se através da comunicação que estabelece com este público e reafirma-se como meio propício à socialização da diferença, de todas as diferenças.

**9. A população-alvo VIVE A SUA CIDADANIA.**

É no desenvolvimento e afirmação das suas competências que alicerça a sua formação humana, desenvolve a sua carreira académica, e promove a sua carreira profissional.

Os resultados apurados são um sinal  
muito positivo das competências intelectuais,  
sociais e laborais destes estudantes.  
Podendo as mesmas não constituir surpresa alguma  
para quem conhece de perto o meio universitário,  
não deixarão de ser um contributo (cremos que oportuno)  
para quem se interessa pela inclusão  
do cidadão com deficiência.

Não obstante tratar-se de resultados positivos,  
eles desafiam, estimulam e encorajam  
a prosseguir políticas assertivas de inclusão.  
Há muitos caminhos por fazer...  
Há uma dose excessiva de esforço destes estudantes...  
Mais e mais incentivos são indispensáveis  
na prossecução daqueles objectivos:  
os estudantes merecem  
e a Universidade de Coimbra também.



(Página deixada propositadamente em branco)

## SIGLAS/ABREVIATURAS

- AEDE – Agence Européenne pour le Développement de l' Education des Personnes ayant des Besoins Particuliers
- AEPD – Ano Europeu das Pessoas com Deficiência
- AVD – Actividades de Vida Diária
- CIDID – Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens
- CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade
- CITE – Classificação Internacional Tipo da Educação
- CITP – Classificação Internacional Tipo de Profissões
- dB – Décibéis (unidade de medida de um estímulo sonoro)
- ES – Ensino Superior
- GATPED – Gabinete de Apoio Técnico-Pedagógico a Estudantes com Deficiência
- HEAG – Higher Education Accessibility Guide
- NEE – Necessidades Educativas Especiais
- OMS – Organização Mundial de Saúde
- SNR – Secretariado Nacional de Reabilitação (designação utilizada até ao final de 1997)
- SNRIPD – Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (designação utilizada a partir de 1998 - Dec. Regulamentar n.º 56/97, de 31 de Dezembro)
- TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
- UC – Universidade de Coimbra
- UE – União Europeia

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

- Gráfico n.º 1 – Distribuição da população por categorias de deficiência e por faculdade, de 1989-90 a 2002-03 • p. 51
- Gráfico n.º 2 – Distribuição, em valores relativos, das categorias de deficiência • p. 52
- Gráfico n.º 3 – Evolução do número de estudantes com deficiência • p. 53
- Gráfico n.º 4 – Número de estudantes com deficiência que ingressa, em cada ano, na UC • p. 54
- Gráfico n.º 5 – Evolução anual do número de estudantes com deficiência, por faculdade • p. 55
- Gráfico n.º 6 – Distribuição da população, a frequentar cursos de licenciatura, por faixas etárias • p. 56
- Gráfico n.º 7 – Distribuição da população, a frequentar cursos de pós-graduação, por faixas etárias • p. 57
- Gráfico n.º 8 – Distribuição da população por faixas etárias e por sexo • p. 58
- Gráfico n.º 9 – Distribuição da população pelo estado civil • p. 59
- Gráfico n.º 10 – Distribuição da população pela área geográfica de origem • p. 60
- Gráfico n.º 11 – Capital habilitacional dos pais • p. 61
- Gráfico n.º 12 – Actividade profissional dos pais (CITP) • p. 62
- Gráfico n.º 13 – Sector de actividades não produtivas • p. 63
- Gráfico n.º 14 – Trabalhadores-estudantes • p. 64
- Gráfico n.º 15 – Relação comparativa dos diversos graus de autonomia pessoal por categorias de deficiência • p. 65
- Gráfico n.º 16 – Relação entre o número de matrículas (M) e o grau de autonomia pessoal • p. 66
- Gráfico n.º 17 – Distribuição da população por anos de conclusão da licenciatura • p. 67
- Gráfico n.º 18 – Distribuição de licenciados por categorias de deficiência • p. 68
- Gráfico n.º 19 – Relação entre o grau de autonomia pessoal e o número de anos para concluir a licenciatura • p. 69
- Gráfico n.º 20 – Relação entre os efectivos entrevistados e a população inscrita na vida activa • p. 70
- Gráfico n.º 21 – Distribuição relativa da população com deficiência no E.S. (1994-95) e na UC • p. 71
- Gráfico n.º 22 – Distribuição relativa das categorias de deficiência, em quatro Universidades portuguesas, no ano lectivo de 2001-02 • p. 72

## ÍNDICE DE QUADROS

- Quadro n.º 1 – Distribuição da população por categorias de deficiência e por faculdade, de 1989-90 a 2002-03 • p. 22
- Quadro n.º 2 – Média das taxas anuais de crescimento da população, por faculdade • p. 24
- Quadro n.º 3 – Média das taxas anuais de crescimento da população por categorias de deficiência • p. 24
- Quadro n.º 4 – Distribuição da população por faculdade e por sexo • p. 26
- Quadro n.º 5 – Distribuição dos trabalhadores-estudantes por categorias de deficiência e por faculdade • p. 28
- Quadro n.º 6 – Distribuição da população por categorias de deficiência e grau de autonomia pessoal • p. 31
- Quadro n.º 7 – Percurso académico dos estudantes com deficiência (1989-90 a 2002-03) • p. 32
- Quadro n.º 8 – Estudantes em cursos de licenciatura, por categorias de deficiência, em 2002-2003 • p. 33
- Quadro n.º 9 – Relação entre o número de matrículas dos estudantes e o ano curricular frequentado • p. 34
- Quadro n.º 10 – Relação entre licenciados e número de alunos inscritos em cursos de licenciatura, por categorias de deficiência • p. 36
- Quadro n.º 11 – Relação entre a nota de licenciatura e o número de anos para conclusão da mesma • p. 37
- Quadro n.º 12 – Relação entre a nota de licenciatura e o número de anos para conclusão da mesma (modo agrupado) • p. 37
- Quadro n.º 13 – Número de desistências por faculdade e por categorias de deficiência • p. 39
- Quadro n.º 14 – Relação entre o número de matrículas e o ano curricular de desistência • p. 40
- Quadro n.º 15 – Motivos de desistência/abandono dos estudos • p. 41
- Quadro n.º 16 – Empregabilidade da população por categorias de deficiência • p. 44
- Quadro n.º 17 – Desempregados: tempo de procura de emprego, após a licenciatura • p. 45
- Quadro n.º 18 – Actividade profissional dos licenciados (CITP), por categorias de deficiência • p. 46
- Quadro n.º 19 – Tipologia de dificuldades de enquadramento profissional, por categorias de deficiência • p. 47
- Quadro n.º 20 – Tipologia das adaptações no posto de trabalho • p. 48
- Quadro n.º 21 – Taxa de representação de estudantes com NEE em algumas Universidades de diferentes regiões da UNESCO (1998) • p. 79
- Quadro n.º 22 – Traços caracterizadores da população-alvo e da população universitária, em geral • p. 80
- Quadro n.º 23 – Traços caracterizadores do percurso académico da população-alvo e da população universitária em geral • p. 81
- Quadro n.º 24 – Traços caracterizadores do percurso profissional da população-alvo e da população universitária em geral • p. 83

(Página deixada propositadamente em branco)



## BIBLIOGRAFIA

- AGENCE EUROPÉENNE POUR LE DÉVELOPEMENT DE L'ÉDUCATION DES PERSONNES AYANT DES BESOINS PARTICULIERS - *Les besoins éducatifs particuliers en Europe*. [em linha]. 2003. Disponível em [www:<URLhttp://www.european\\_agency.org/publications/agency\\_publications/S...ticPublication\\_french.doc>](http://www.european_agency.org/publications/agency_publications/S...ticPublication_french.doc)
- ALCANTUD MARÍN, Francisco - *Universidad y Diversidad*. Valência: Universidade de Valencia, 1997.
- BATTISTELLA, L. R. e BRITO, C. M. M. - Classificação Internacional de Funcionalidades (CIF). *Acta Fisiátrica*. São Paulo. 9: (2)(2002).
- CLARO, R. C.; PINTO, A. M.; SECO, E. F. - *Receptividade dos empresários à contratação de indivíduos deficientes*. Coimbra, 1997.
- COMISSÃO EUROPEIA - *Os números-chave da educação na Europa - 1999-2000*. [em linha]. 2000. Disponível em [www:<URLhttp://www.eurydice.org/Documents/Key\\_Data/pt/001\\_pt\\_page.pdf>](http://www.eurydice.org/Documents/Key_Data/pt/001_pt_page.pdf)
- HENDERSON, C. - *College freshmen with disabilities: a statistical profile*. Washington, DC: American Council on Education, Heath Resource Center, 1992.
- HEWARD, William L. - *Niños excepcionales: una introducción a la educación especial*. Madrid: Prentice-Hall, 1998.
- KRIPPENDORFF, K. - *Content Analysis*. London: Sage Publications, 1980.
- MITHAUG, D. W.; MARTIN, J. E.; ANGRAN, M. - *Adaptability instruction: The goal of transitional programming*. *Exceptional Children*. Bill Strackter Center on self-determined learning model of instruction: Arlington, 1987.
- NLST - NATIONAL LONGITUDINAL TRANSITION STUDY OF SPECIAL EDUCATION STUDENTS, 1987-1991. Stanford Research Institut. USA.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - *Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens/Handicaps: um manual de classificação das conseqüências das doenças*. Lisboa: SNR, 1989.
- Os Números-Chave da Educação na Europa 1999-2000 (2002)* - Serviços de Publicações Oficiais da Comunidade Europeia, Luxemburgo, p. IX, p. 13 e p. 197.

- PATRÍCIO, MARIA ISABEL - Políticas de Inclusão no Sistema Educativo: A Escola e a Socialização das Pessoas com Deficiência. *Revista da Administração e Políticas Públicas*. Lisboa. vol. III: n.º 1-2 (2002).
- PEREIRA, ROSA MORAIS; PATRÍCIO, MARIA ISABEL - *Avaliação da Situação de Emprego dos Licenciados pela Universidade de Coimbra no quinquénio 1990/91 a 1994/95*. Coimbra: Univ. S.A., 1997.
- PORTUGAL. INSTITUTO PARA A INOVAÇÃO NA FORMAÇÃO. EQUIPA DO PROJECTO ODES - *Inquérito de percurso aos diplomados do ensino superior - 2001: síntese de resultados*. Lisboa: MESS.DE, 1993.
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DO EMPREGO E DE SEGURANÇA SOCIAL. DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA - *Inquérito aos trabalhadores deficientes*. Lisboa: MESS.DE, 1993.
- PORTUGAL. SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO - *Inquérito nacional às incapacidades, deficiências e desvantagens: resultados globais*. Lisboa: S.N.R., 1996.
- UNESCO - *Condições para alunos com NEE no Ensino Superior: contribuição para a Conferência Mundial sobre a Educação Superior*. Paris, 1999, (doc. policopiado).
- UNIVERSIDADE DE LISBOA - *Trajectórias académicas e de inserção profissional dos licenciados pela Universidade de Lisboa, 1994-1999: relatório do inquérito realizado em 1999*. Lisboa: Reitoria da Universidade, 2000.

(Página deixada propositadamente em branco)

Série  
Documentos

•

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Coimbra University Press

2004

